

EM TEMPO!

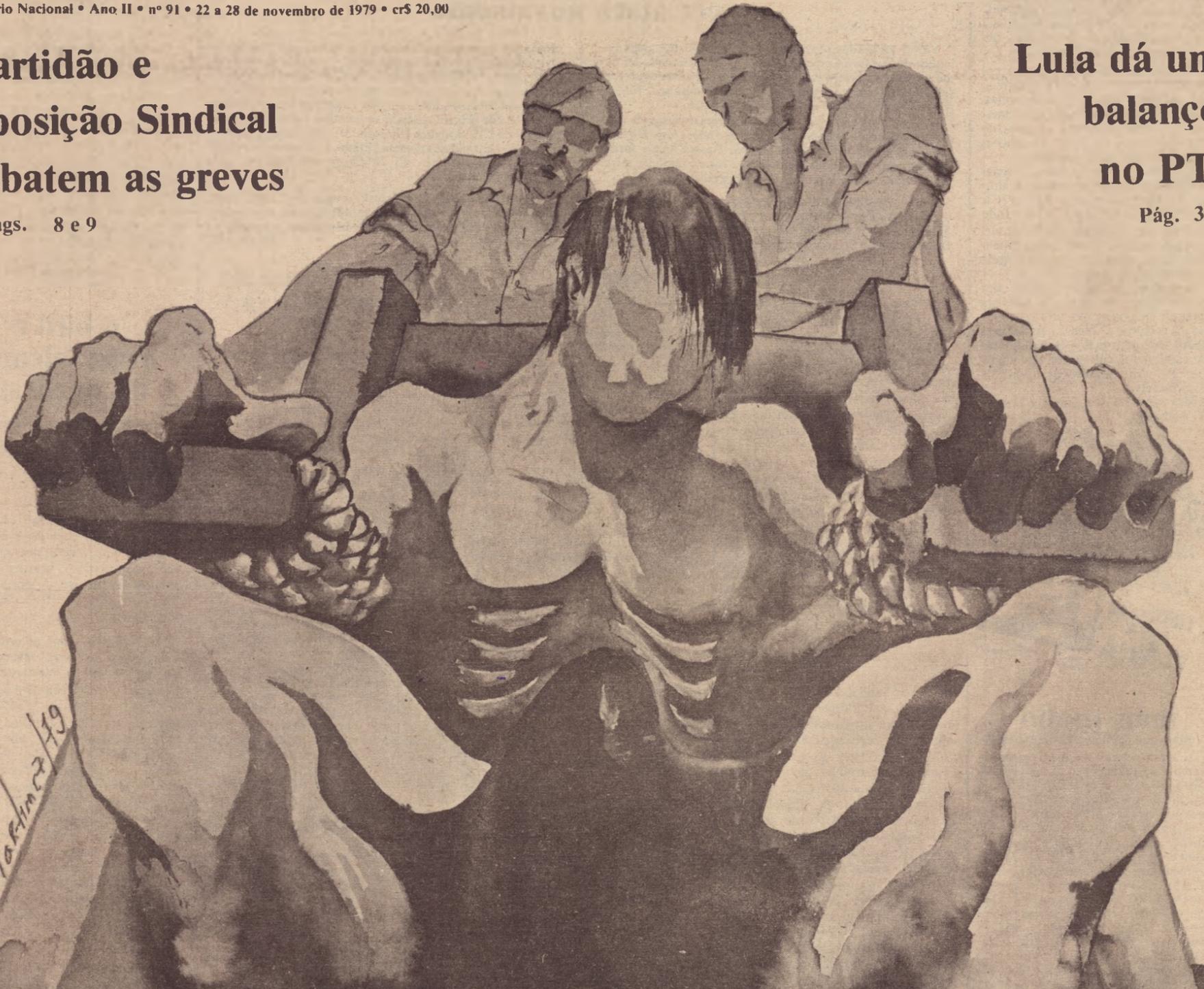
Semanário Nacional • Ano II • nº 91 • 22 a 28 de novembro de 1979 • cr\$ 20,00

**Partidão e
Oposição Sindical
debatem as greves**

Págs. 8 e 9

**Lula dá um
balanço
no PT**

Pág. 3



IIº Congresso Nacional da Anistia decide:

**TRIBUNAL POPULAR
PARA JULGAR
TORTURADORES**

Pág. 5

O pt do montoro

Na ciranda partidária, um novo lance. cômico. O senador Franco Montoro, pelo MDB paulista, depois de muito lero-lero posando de líder dos «não alinhados» da oposição pende, nas últimas semanas, para o lado do PTB. Visitas anuncia das e sucessivamente desmetidas, dele a Brizola e vice-versa.

Assim, ele fez força, e agora começa a colher os frutos. Montoro, um partidão, um campeão de urnas, como tem sido chamado, é até mesmo o futuro candidato ao governo do Estado em 82, caso as eleições sejam, diretas, pela oposição.

Com este cacife na mão, o senador parece querer barganhar à altura. Ele, aparentemente, não quer ir ao PTB, mas sim que o PTB e todo mundo da oposição venha a ele. Tentar, enfim, como um autêntico «não alinhado» ser a síntese perfeita das oposições.

Somente isto pode explicar seu novo lance na semana passada quando lançou o seu PT — Partido Trabalhista. Nem o **trabalhista brasileiro**, nem o **dos trabalhadores** lançado pelos dirigentes sindicais. Um PT sim, síntese de todos os Ps possíveis.

Mas ninguém deu a menor bola... (F. Andrade)



mais roubo

Bem, sem delongas: todas as categorias que tiveram reajuste entre novembro de 1978 e abril de 1979, terão nos meses que completam um ano a partir do último reajuste (data-base) um aumento de 22% e sobre os salários assim reajustados um novo aumento com base no INPC. A sacanagem é evidente! Se o INPC de 26,6% correspondente ao semestre maio-novembro de 1979 bate com os cálculos do DIEESE (o índice do custo de vida do DIEESE em maio-setembro era 21,6%, faltando portanto o mês de outubro) os 22% não estão com nada! Desde janeiro até setembro deste ano (excluímos novembro e dezembro de 78 porque devido à baixa elevação do custo de vida naqueles meses os semestres contados a partir deles dão índices menores que 22%) qualquer corte de 6 meses que se pegue dá uma elevação maior que 22%! Por exemplo: jan-jun = 23,6%; fev-jul. = 22,8; mar-ago = 23,9 e abr-set = 25,2%. Como se vê, quanto mais vamos nos aproximando dos dias de hoje mais a tesoura vai se abrindo, isto é, o diferencial entre os 22% e a elevação real do custo de vida se alarga para cortar o poder de compra dos salários. O que quer dizer que o INPC da nova política salarial se aplicará sobre salários carcomidos pela nova política salarial. Me vem à mente a palavra tripúdio.

Esse é um lado apenas. Tem outro. Evidentemente as categorias que já atravessaram um ano, ou em outras palavras, quanto mais tempo tenha decorrido entre o último reajuste e a aplicação da nova política mais terão deixado de ganhar. Claro, quem por exemplo tem data-base em novembro recebe de uma só vez os 22% e o INPC, tendo portanto passado um ano com o salário sendo comido pela inflação. Para esses a política de reajuste semestral começa de fato no ano que vem, enquanto quem tem data-base em abril perde menos pois apesar da defasagem já apontada entre os 22% e o índice real no período em conta eles passarão "apenas" 6 meses de aperto face à inflação.

(Francisco Paulo Cipolla)

ccc ataca novamente

Vários atentados terroristas foram praticados pelo Comando de Caça aos Comunistas - CCC - no último dia 18, domingo, em Belém. Os atentados foram praticados em represália à visita que o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, fazia naquele dia à capital do Pará.

Foram atingidas pelos atentados diversas casas de pessoas ligadas à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e também a duas igrejas. Nesses locais foram jogados panfletos, feitas pichações e foram também atiradas pedras e realizados disparos de revólver.

O Comitê Brasileiro pela Anistia - Seção São Paulo, divulgou uma nota de repúdio e protesto contra os atentados. Na nota o CBA/SP afirma que: "Os atentados em Belém contra a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos

Humanos e outras associações e pessoas, por ocasião da visita de Miguel Arraes àquela cidade, são atos de violência intoleráveis. Assemelham-se a várias outras atividades recentemente desencadeadas, tais como ataques e ameaças a diversas personalidades em São Paulo por um movimento que se diz de origem nazista, as invasões e depredamentos da sede da UEE e de um Diretório Acadêmico da Universidade Mackenzie nesta mesma cidade, e as ameaças recebidas por organizadores do 2º Congresso Nacional pela Anistia na Bahia".

"Ao denunciarmos estes fatos", continua o CBA, "insistimos mais uma vez para que as autoridades esclareçam todos estes casos com a máxima brevidade, punindo os responsáveis". (Sérgio Alli)

terrorismo cultural

Durante a segunda sessão da peça "A República de Oscuridad", no último dia 18; em São Paulo, um cidadão, identificando-se como policial levantou-se afirmando que iria prender todos. Nesse instante, Olney de Abreu, diretor e também ator interrompeu o espetáculo pedindo-lhe suas credenciais. Imediatamente o referido cidadão meteu a mão no bolso tirando uma carteira e exibindo-a a Olney. Assim que esse levou a mão para realmente constatar se era ou não um policial, esse se recusou afirmando que "malandro não põe a mão na minha carteira", no que Olney impossibilitado de continuar seu trabalho afirmou: "policial que interfere no meu trabalho e afirma que vai prender todo o grupo,

também não assiste a meu espetáculo" e foi logo abrindo a porta do teatro e pedindo que esse se retirasse. Encontravam-se presentes mais de trinta espectadores que perplexos ante o ocorrido e não entendendo bem o que tal situação poderia oferecer, passaram a viver verdadeiro clima de terror, podendo também confirmar a existência de certo tipo de terrorismo que ainda perdura por esses lados.

A peça, de Murilo D. Cesar, trata dos golpes de estado na América Latina levando ao público, de uma maneira bem digestiva, as circunstâncias de alcova que fazem certos "coronéis" a abaixarem as calças aos que prometem mundos e fundos em busca de soluções nacionais e isentos de qualquer escrúpulo moral.

(Magalhães)

capital do maluf

O governador paulista Paulo Maluf conseguiu, na última segunda-feira, dia 19, outra vitória sobre o MDB, na Assembléia Legislativa. Desta vez foi sobre a emenda à Constituição estadual, referente ao plebiscito que levaria a população votar a favor ou contra o projeto da mudança da capital, feita pelo deputado estadual José Yunes, do MDB. A Assembléia não conseguiu número suficiente para aprovar a emenda. Essa emenda, se for aprovada, mudaria a situação quanto as pretensões do Maluf. Por isso o governador, agora, mantém-se convicto de que a capital realmente mudará. Contudo isso não fica por aí: muita sujeira, por baixo dos panos, começa a ser denunciada.

Quanto a isso, a deputada estadual Irma Passoni diz: "Já era esperada tal atitude, ainda mais o Maluf dando 2

milhões de cruzeiros ou, então, apartamento da Camargo Correia, para cada um dos adesistas." Não existe, contudo, recibos ou documentos que possam provar tais corrupções, mas a deputada refere-se a "casos concretos" com deputados de Santo André, Santos e Bauru.

Agora, finaliza Irma, a única saída é a mobilização de toda população que se vê comprometida com os resultados do projeto da nova capital, reassumindo seu voto e pressionando a Comissão de Justiça, quando chegar a mensagem governamental, na assembléia; senão, se conseguir chegar ao plenário, para a votação, somente impedindo esses deputados de entrarem no plenário.

(Fernando da Silva)

as mulheres debatem seus movimentos

Com atraso de alguns anos e platéia cheia realizou-se no dia 13 de novembro uma mesa-redonda sobre o tema **Feminismo em Debate**, com a presença de militantes de todas as organizações de mulheres do Estado do Rio. Mas foi preciso o retorno de Zuleika Alembert, do Comitê Central do PCB, para que a discussão sobre o feminismo no Brasil ocupasse a sala-de-visitas cultural da cidade, o teatro Casa Grande.

Zuleika iniciou o debate falando sobre a importância do movimento feminino e a luta pela democracia. As representantes do Coletivo de Mulheres, Janice Caiafa e Bruna Franchetto, ressaltaram a necessidade de autonomia do movimento feminista, identificando seu espaço de atuação também na esfera do pessoal e privado, até então relegado a segundo plano por qualquer teoria política. A Sociedade Brasil Mulher, representada por Angela Borba, apresentou não somente sua plataforma de trabalho, que envolve o fim da ditadura militar e a conquista das liberdades democráticas, como também levantou pontos de sua atuação com mulheres de camadas desfavorecidas de 76 para cá. Comba Marques Porto, do Centro da Mulher Brasileira do Rio, trouxe à discussão os impasses colocados à ampliação da organização de mulheres, a qual para a deputada Heloneida Studart, do CMB de Niterói, deve estar aberta a todas as mulheres já que o movimento feminino e feminista são um elemento tático importante no processo de mudança social.

Movimento Feminino ou Movimento Feminista? Esta pergunta orientou a discussão com o público. Zuleika apontou uma diferença metodológica entre os dois movimentos embora considere importante uma unidade. O feminismo, para ela, implicaria um conceito ideológico e pretenderia uma mudança somente na super-estrutura. Como marxista apóia e integra o movimento feminino para quem a opressão da mulher surgiu com a sociedade de classes e se resolverá, embora não automaticamente, com a supressão desta.

O Coletivo de Mulheres respondeu que nenhuma opressão se reduz, conforme apontou Zuleika ao falar sobre feminismo aos usos, costumes e tradições. E a opressão das mulheres passa diretamente por seu corpo, que é manipulado pelo sistema patriarcal pois produz, através da reprodução, a matéria-prima por excelência — a mão de obra — e é através do trabalho doméstico feminino que a força de trabalho tem condições de se manter, servindo assim à reprodução do próprio sistema. A ideia de politização do privado, a discussão do corpo, polarizou o debate remetendo à questão da especificidade do movimento. Para Zuleika, o movimento de mulheres deve ser organizado autonomamente mas suas reivindicações, já que prioritariamente econômicas, devem se integrar em uma luta mais ampla. Para o Coletivo, no entanto, não existe uma luta geral acima das lutas específicas. Ela é geral exatamente por ser a soma da luta de todos os grupos.

(Maria Helena Darcy de Oliveira)

arenistas fora

Depois de participarem de uma CPI que investigava as corrupções no setor de energia elétrica na cidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, os vereadores da Arena, José Henrique da Silva e Heitor Fernandes, foram expulsos do partido pelo Diretório. E não é para menos.

De maio a outubro a CPI dedicou-se a investigar a suspeita de que a Prefeitura da cidade, em mãos do prefeito Wilson Manica, também da Arena, vinha desviando verbas do setor de energia desde 1975, desvios que somam hoje um montante de mais de 50 milhões de cruzeiros. Para onde? Bem isso é fácil imaginar depois da atitude que, o diretório arenista tomou de pura e simples expulsão dos dissidentes. Pois não é só no Palácio do Planalto que os corruptos mantêm todos os seus privilégios.

(Sucursal de Porto Alegre)

o bird e os problemas do nordeste

A realidade de que nenhum dos problemas que afligem a população nordestina foi resolvido e de que pelo contrário foram reforçados, alargando a massa miserável nas cidades, piorando as condições de vida dos pequenos produtores no campo — tudo isso exala com uma fragância acentuada na visita, nos encontros com governantes brasileiros, nas declarações, etc. etc. do presidente do Banco Mundial — BIRD, Sr. Robert Mac Namara.

Como lembrava nota anterior "Veto à Unificação do Salário Mínimo" (Em Tempo nº 89) o Nordeste conta atualmente com cerca de 6,5 milhões de trabalhadores, isto é, 53% de sua força de trabalho (inclusive autônomos), ganhando até um salário mínimo. Dos 2,36 milhões de estabelecimentos existentes 70% vão até o máximo de 10 hectares, ocupando em contrapartida — o quê? — no máximo 6% da área. E essa situação apresenta uma tendência agravante ao longo do tempo; os dados de 1960, 1970, e 1975 o comprovam. Os pequenos produtores se multiplicam, hoje representam cerca de 50% ou mais do pessoal ocupado como permanente (isto é, exclusive os temporários).

Não adiantam os dados. Eles não chegam a pintar na imaginação as cores e traços da realidade. Mas é nesse contexto que se deve pôr as relações do Brasil — e sua ponta oriental — com as preocupações do imperialismo, representado no caso pelo Banco Mundial, do qual aliás, o Brasil é o maior cliente. (Foi esse banco aliás que abriu o escândalo da adulteração dos índices inflacionários de 1973 orquestrada por Delfim Neto). Bem, o que representaria a quantia anual de 500 milhões de dólares ou 15 bilhões de cruzeiros que o BIRD pretende aplicar em projetos sociais e de infra-estrutura no Nordeste? Poderia criar uma forte e reacionária pequena burguesia rural capaz de solapar o ímpeto das massas despossuídas, criando lá em cima o que já existe, principalmente no Sudeste; o colchão amortecedor da classe média? Não há dúvida que a massa de recursos que o Bird pretende aplicar no Nordeste é imensa. A burguesia e o imperialismo preocupados com a explosão social buscam sabotá-la. Não resolverão nenhum dos problemas. A revolução social fica sempre como última resposta quando se trata de resolver a aflição das amplas massas.

(Francisco Paulo Cipolla)

Reforma partidária

A oposição ficou de fora

A reforma partidária do governo passou. E a oposição ficou a ver navios, perdendo mais uma oportunidade de levantar claramente suas bandeiras.

Por Flávio Andrade

Na extinção final do bipartidarismo, o governo não teve surpresas pela frente e, tranquilamente, viu sua estratégia política vingar. A não ser a massa, sim, a massa, não houve maiores expectativas com relação a novidades no projeto de reforma partidária. A massa, por que dependendo da maior ou menor pressão que as oposições populares pudessem fazer desde as galerias do parlamento, os resultados poderiam alterar-se. Não no fundamental, é claro - e seria pedir muito das galerias - mas no acessório. Por exemplo, "tumultuando" e retardando a votação, o que terminaria fazendo com que a bancada governista suspendesse a votação e deixasse passar o projeto por decurso de prazo.

O que, sem dúvida, desvendaria o pretenso caráter de votação do projeto e deixaria bem claro seu caráter ditatorial. A ameaça foi tão real que o líder do governo no senado, Jarbas Passarinho, veio a público com ameaças e berros contra a "falta de civilidade" que tem sido a tônica das galerias nas votações de peso desde a época da anistia.

Este aspecto dá bem a marca da via pela qual teria sido possível, e a única, alterar em alguma medida substantiva o projeto do governo: a via das mobilizações populares.

As oposições dormindo de toca

Mas foi em vão. As oposições ficaram dormindo de toca, com as raras e honrosas exceções de sempre. O MDB, obcecado pela sua manutenção pura e simples, sequer apresentou um substitutivo em defesa da plena liberdade partidária que pudesse sensibilizar as massas para uma campanha nacional. Restringiu-se assim às articulações, todas frustradas, para ganhar a adesão dos independentes da Arena a tentar barrar o artigo da sua extinção. E nada obteve. De outro lado, ficou na retórica liberal da denúncia da inconstitucionalidade da extinção, como se a questão fosse, a esta altura, de constituição alguma.

Outros contudo não fizeram melhor. O PTB disse que queria a plena liberdade partidária mas, envolto no seu manto de reacionarismo, acentuado recentemente para agradar ao regime, não mereceu maior confiança e credibilidade.

O PCB ficou no enunciado de seu desejo de legalização mas, descrente desta viabilidade já, simplesmente marcou posição, de fato cerrando fileiras dentro do MDB contra a extinção.

O Movimento pelo PT, que é de quem se poderia esperar alguma coisa mais efetiva, dadas as suas

poucas chances com esta reforma, apenas ameaçou. Sua direção anunciou que solitaria uma nota conclamando às demais forças políticas interessadas na liberdade partidária para uma ação de frente, comum. Mas a nota não veio, nem o porque.

Como ficou a reforma

Neste quadro de paralisia o governo navegou tranqüilo. Fez as mudanças que quis no seu projeto inicial, se dando ao luxo até mesmo de ter um substitutivo, a dar mostras de que está aberto às concessões, pelo menos as insignificantes.

Ou seja, o projeto finalmente será, no fundamental, o apresentado de início pelo Planalto, com correções de algumas aberrações apenas. Os 10% de parlamentares necessários ao funcionamento imediato dos partidos, ganhou uma interpretação mais fluida, passando a se contar em bloco 10% das duas casas conjuntamente, o que dá a conta de 48 parlamentares, indistintos podendo ser apenas um senador.

A metade dos Estados da federação como suporte regional mínimo para a constituição dos partidos caiu para 9 Estados. E, nestes, o anterior 1/3 dos municípios para a formação obrigatória de Diretórios, cai agora para 1/5. Finalmente, o prazo de 8 meses entre o pedido de registro e a conclusão das várias etapas do processo de formação dos partidos fica estendido para 12 meses.

Nada mais do que estes detalhes, que em nada alteram a essência autoritária do projeto partidário da ditadura.

O governo recua, a oposição pára

O significativo, contudo, neste rearranjo técnico do projeto, foram menos suas consequências práticas, mas o recuo e a defensiva em que se colocou o governo logo depois de divulgado o projeto inicial. Ao que tudo indica, o Planalto assustou-se com o grotesco de sua própria obra e tentou remendar o mais possível de forma a salvar as aparências, pelo menos algumas.

As declarações oficiais foram pródigas de promessas, neste período. O próprio ministro Portela anunciou que, para o ano que vem, é possível uma emenda constitucional que termine com o artigo que cassa os mandatos dos parlamentares de partidos em organização que não conseguirem obter as votações mínimas nos pleitos gerais.

Esta situação de defensismo - ainda que o fundo pragmático da questão fosse o governo vendo estreitarem as possibilidades de surgimento de novos partidos ao seu interesse - denota que o campo esteve aberto para uma ofensiva da oposição em torno da ampliação do projeto e da agitação da plena liberdade partidária. Mas, o MDB entre a liberdade partidária real e seu monopólio da oposição institucional, ficou com a última.

Neste quadro, toda a atenção da opinião pública, se é que houve alguma, voltou-se para a briga, principalmente interna à Arena, em torno da

questão da sublegenda. Se ela é mantida, o Arenão do governo será engrossado. Pois com a possibilidade de, ainda que para as prefeituras, abrigarem-se no interior do guarda-chuva governista correntes rivais e todas com direito de disputa nas eleições, ninguém querará sair da Arena. Do contrário, com a queda da sublegenda, o partido do governo não conseguirá abrigar a todos e será mais fácil a constituição do chamado Partido Independente, dos dissidentes juntamente com emedebistas "moderados".

Enfim, uma briga entre dissidentes arenistas e emedebistas sequiosos de poder de um lado, e o governo de outro, onde a oposição popular tem pouco a ver. Ou então, não é aí que está sendo jogado o decisivo de seu destino.

E agora?

O futuro do quadro partidário, agora com esta reformulação, não é claro. As dificuldades para a constituição de partidos são reais, mesmo para os que estão próximos do poder. Assim, o marca-passo ainda é a tônica das posições no parlamento. O tateamento de áreas, as tentativas de composição, as somas e subtrações enfim, são as regras do jogo nesta etapa atual.

As perspectivas de sobrevivência de alguma frente de oposições é certa ainda que não se sabe qual exatamente. Se contando com o PTB ou não em seu interior. Se contando ou não com os "moderados" etc.

Neste mosaico quase que diário de posições, as oposições populares também não têm vez. Seus projetos partidários correm por outra via, que o próprio regime, com suas restrições, obriga a ser aquela da mobilização e organização extra-parlamentar.

E aí não há o que esperar. Pois a urgência imposta de cima e de baixo é grande. De cima, o regime tenta estimular a todo custo a que o PTB alce vôo como o partido que controlará as massas para o grande acordo nacional em mira - o pacto de suspensão das greves que está sendo articulado por Delfim junto a sindicatos e empresários vai nesta direção. E de baixo, os impasse que vêm vivendo mais recentemente os movimentos de massa estão a reclamar com urgência um conduto político de solução.

Nesta conjuntura, o projeto do PT não pode ficar à margem, esperando a grande política abrir-lhe espaço e vendo o movimento de massas esbarrando nos seus próprios limites sindicais.



Franco Brazuns Filho

O PT, segundo São Bernardo

Lula avalia a conjuntura atual do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores

Em certa medida você saiu de cena em relação ao PT. Esteve ausente da reunião da Comissão Nacional provisória, dia 9 em Campinas, e sua presença nos jornais, falando do tema, escasseou. Como você vê a conjuntura atual do PT?

— Eu não sei da cena do PT. Apenas é importante para mim e para o movimento sindical que a proposta de PT saia um pouco das minhas costas. Há vários dirigentes sindicais sérios tocando o PT e eles têm que ser ouvidos também, e ao igual que a gente.

Eu tenho também viajado menos. Mas tem que ser assim. A minha base reclama muito. Houve um determinado mês em que apenas durante 4 dias eu estive em São Bernardo.

— E como você avalia as decisões tomadas na reunião de Campinas?

— Eu acho que o PT está vivendo um momento engraçado, um momento de expectativa. E ainda na semana passada conversava com alguns companheiros — com o Jacó, o Olívio e o Henos — e a gente chegava à conclusão de que está difícil levar a proposta para os trabalhadores enquanto o projeto de reforma partidária não for definido.

Mas eu acho acertadas as decisões tomadas pelos companheiros em Campinas, sobretudo neste momento confuso em que estamos vivendo.

— Você fala de definições na reforma partidária. Mas ela já está definida, basicamente. Pergunto então quais possibilidades de composição você vê entre o PT e a recém criada Tendência Popular do MDB?

— Para mim está claro que o PT é a única proposta política consequente surgida neste país. O PT não é uma coisa pequena. É algo muito amplo, para todo e qualquer cidadão brasileiro que não detenha os meios de produção. Por isto o PT está aberto a pessoas e composições.

Portanto estou tranqüilo em relação ao PT, e não estou com pressa de registrá-lo já. O PT é um movimento e a gente não tem que se afobar em fazê-lo correr. O PT correrá na medida em que classe trabalhadora começar a discutir o PT, e ela não está discutindo ainda por falha nossa.

Não é ficar discutindo só com grupinhos — algumas pessoas têm insistido é na discussão nos núcleos — pois o PT é uma proposta pública, para ser lançada em praça pública e aí ninguém segura mais.

E por isso que não me preocupa esta briga nos jornais, de PTB x MDB, pois são brigas de gorilas, de gente que sempre mamou nas tetas mais gordas que existem por aí.

— Você diz que o PT está aberto. E você acredita que haja no parlamento, por exemplo, um setor expressivo e comprometido com os interesses dos classe trabalhadora?

— Eu não acredito em muitos deputados não; aliás nunca acreditei. Creio que apenas haverá algumas adesões individuais à proposta do PT.

— Como você vê então a viabilidade da proposta?

— Em nenhum instante pensei num partido criado na área parlamentar; isto desfiguraria o PT. Para mim o que irá dar validade ao PT é justamente ele trilhar o caminho mais difícil que o governo está estabelecendo que é de se organizar e concorrer às eleições para passar no teste junto às massas.

Muito cacique e pouco índio

— Como você tem acompanhado o processo de nucleação nos Estados onde ele já vem de mais tempo — Rio, Minas e Rio Grande do Sul? Estes processos têm suscitado algumas avaliações diferenciadas no interior do PT, até mesmo de sua direção. Para alguns, está estreito e com forte influência da esquerda, negativa a avaliação, portanto. E para você?

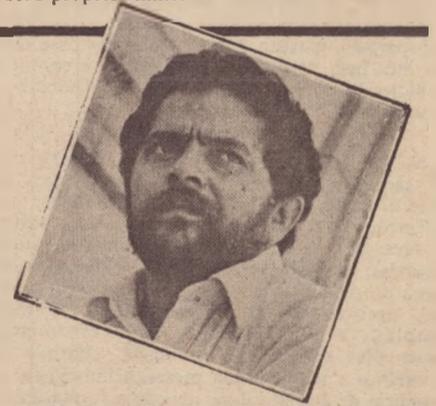
— Esta pergunta é muito oportuna e eu estava quase fazendo-a, pois é importante dar ênfase a isto. Efetivamente a gente tem que entender que alguns grupos de esquerda têm tentado, e em certos casos conseguido, aparelhar a ideia do PT, em determinados momentos. Em alguns Estados — e do Rio tem ouvido muitas queixas a este respeito — há grupos que têm estreitado a ideia do PT. Tem muita gente que me procura e diz Lula, eu até que tava a fim do PT, mas lá no meu Estado o PT está com tal grupo e coisa e tal. E o que eu tenho respondido é que eu não estou preocupado com estes grupinhos porque na hora que a massa trabalhadora entrar no PT estes grupinhos serão todos levados de roldão. Não haverá espaço para grupos atuarem como comando dentro do partido. Por isto estou tranqüilo, e eu disse às pessoas que estão vindo me queixar que, se estes grupos são problemas, isto se deve a que o pessoal mais sério está de corpo mole na atuação dentro do PT.

— E aqui em São Bernardo como é que está a coisa?

— Nós alugamos uma sede no centro de São Bernardo e iremos inaugurá-la no dia 1º de dezembro para transformá-la no núcleo municipal do PT. Este núcleo irá se ocupar de atividades culturais e de debates políticos. E o que a gente pretende é, a partir de São Bernardo, ter a possibilidade de nuclear outras vilas, estados e cidades. Nós efetivamente ainda não levamos o PT às fábricas porque não queríamos levar simplesmente a ideia do PT. Queremos levar algo já concreto para o trabalhador.

Eu acredito que a partir de São Bernardo, não por causa de mim, mas sim da classe operária, é que o PT tomará o rush que precisa, tomará o encaminhamento que precisa ser dado.

Vamos mostrar, a partir de São Bernardo, que não se trata de criar núcleos para ter cacique mandando. O dia que a gente encher de índio, o PT crescerá.



— O PT, enquanto direção, esteve omissivo durante as últimas greves de São Paulo. Como você vê isto?

— Eu acho isto positivo; e mais, eu sou responsável até, de não ter saído a manifestação em nome do PT. Eu acho que seria criança nossa, depois da greve do Rio Grande do Sul, onde o governo tentou mostrar a greve dos bancários como uma disputa entre PT e PTB, soltar aqui uma nota em nome do PT, porque estaríamos dando argumento ao governo para dizer que se tratava também de uma greve política. Enquanto dirigente sindical cada um esteve lá e deu o apoio da forma que melhor lhe pareceu. Mas enquanto Comissão Nacional do PT não era oportuno.

— Mas seu argumento é contraditório. Se o momento não era oportuno para a manifestação, o momento não seria inoportuno também para o PT como um todo? Para quê um partido que não se manifesta diante das lutas?

— O problema é que o PT não é partido; é movimento. E exatamente por ser um movimento que eu achei inoportuno. Se a gente passar por aproveitadores de momento, perderemos a respeitabilidade junto à classe trabalhadora. Soltar uma nota então, seria aproveitar de uma situação para ganhar ponto junto à classe trabalhadora, e a gente perderia ao invés de ganhar. A proposta do PT tem que estar muito subordinada aos avanços da luta da classe trabalhadora e não pode estar sujeita a agrados da classe média.

Bem me quer, mal me quer: que PT você quer?

No último dia 11 realizou-se a 1ª Plenária do Movimento pelo PT no Estado do Rio que, em certa medida, foi frustrante. Aqui, nossa sucursal carioca, ao mesmo tempo um conjunto de militantes do Movimento, faz sua avaliação e lança propostas sobre os rumos do PT no Rio.

Da Sucursal

A ditadura busca mudar de fachada. Atolada em uma crise político-econômica que se prolonga, tenta resolver as querelas dos que sempre foram fiéis ao regime e busca criar uma base social que sustente o general Figueiredo. Acena com a abertura, é obrigada a ceder uma anistia e busca retomar a iniciativa através da reformulação partidária. Hoje, após a greve metalúrgica de SP e Guarulhos, já ninguém pode ignorar sua verdadeira política: liberdade controlada no terreno político institucional, repressão direta ao movimento operário e popular em suas lutas.

Na articulação partidária que tenta nos impor, é previsto o espaço de um partido, como o PTB, que mobilize os trabalhadores sob uma direção burguesa. Para o articulador Portela, resolver o problema da representação política parece ser fácil. Tudo se resume a normas e assinaturas numa folha de papel.

Para os trabalhadores é bem diferente. Já sentem a necessidade de construir um instrumento de organização política, legal e de massas. Esta necessidade aparece durante as grandes jornadas grevistas de 78/79. Foi durante estas mobilizações que os trabalhadores se deram conta de que a luta contra os patrões e contra a repressão também precisa ser travada no campo político. Daí porque, senhores como o redator do editorial da revista "Isto É", que eram tão pródigos em elogios a líderes grevistas, passam agora a criticá-los, tentando mostrar-lhes que devem permanecer "bonzinhos" e não se meterem onde não devem, pois "trabalhador não entende de política".

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores é a concretização dessa necessidade. O PT é o instrumento de organização política da classe operária e dos trabalhadores para efetivar e dobrar a luta contra a burguesia. É a forma mais eficaz de preparar a mudança na correlação de forças, de maneira a impedir um retrocesso no nível de combatividade das massas exploradas.

Para enfrentar a burguesia no campo político, os trabalhadores não devem ter ilusões parlamentaristas. A luta política dos trabalhadores é levada nos locais de trabalho e moradia. É travada nas ruas. Isto não quer dizer a negação do parlamento, mas somente dar-lhe uma função precisa e subordinada, qual seja, a de caixa de ressonância dos movimentos sociais vivos. Para os trabalhadores não interessa um partido que atue do mesmo jeito que os partidos burgueses que definem sua política pelos acertos e conchavos de última hora antes de votar uma lei.

O que os trabalhadores precisam construir é um partido classista e articulado pela base que, na luta pela derrubada da ditadura e contra a exploração, viabilize o seu projeto histórico — o socialismo.

Como o PT nasce no Rio

No Rio as mobilizações da classe operária ainda são pouco expressivas. Os metalúrgicos de Niterói e do Rio fizeram greves. Houve mobilizações entre rodoviários, entre garis, e outros setores. Mas todas, foram mobilizações ainda limitadas. Nos setores tradicionais da indústria, a herança do populismo é muito forte. No plano sindical, aproveitando-se da inexistência de mais amplas movimentações, o reformismo desenvolve sua política cupulista, controla os aparelhos e mantém sua presença imobilista. A ausência de grandes lutas impede a formação de uma vanguarda social ativa na organização e mobilização da massa, e que, ao exemplo de SP,

sintetize a necessidade de organização política independente e autônoma dos trabalhadores.

As lutas de massa atravessam com maior intensidade os setores médios.

O PT no Rio surge como reflexo do seu lançamento em São Paulo e é assumido e impulsionado por limitados setores operários e de movimentos de bairro, elementos de pequena burguesia e algumas tendências de esquerda que já se definiram pela sua formação. Nesse sentido, de nada vale lamentar as características do movimento aqui no Rio. Aqui, também, ele é produto da situação específica da classe operária e da luta de classes na região.

Se o PT já conta com parcelas importantes das vanguardas sociais da região, a sua debilidade será superada na medida em que amplie as suas bases sociais, isto é, na medida em que se integre no PT um conjunto maior da massa dos trabalhadores.

Assim, no dia 11 de novembro foi realizada a 1ª Plenária do Movimento pelo PT/RJ. Era o momento de se juntar as forças acumuladas e implementar um salto para a frente: tirar uma política de ampliação das bases do PT. Esta possibilidade foi frustrada. (Ver EM TEMPO nº 90).

Uma avaliação do que foi o dia 11, possibilita identificar os desvios que atormentam o movimento, uma vez que lá na plenária se expressaram as diferentes concepções do que é o PT. O problema é que o debate foi impregnado de vícios muito próprios da época em que o movimento de massas estava em descenso, ou seja, o sectarismo na defesa de posições e o oportunismo como método para impor uma concepção.

O dia 11 foi marcado pelo confronto entre tendências com diferentes concepções de PT. De um lado, aqueles que defendem um programa mais definido para o PT; de outro, aqueles que preferem diluir qualquer maior definição sobre o caráter de classe do PT; e, ainda, os que só enxergam o circunstancial e se omitem na definição de uma política mais geral. Sem discutir os méritos de qual ou tal tendência, é claro o forte traço imobilista desta plenária, que não definiu o fundamental: como o Movimento pelo PT pode intervir nos movimentos vivos que os trabalhadores desenvolvem hoje, isto é, as discussões do dia 11 não respondem à integração efetiva do PT no movimento concreto da luta de classes.

A crise atual

Uma coisa é porém evidente. Afora os que não compreendendo a necessidade de uma política operária unificada só se preocupam com as lutas moleculares de suas bases, os outros estão marcados por uma visão de ocupação do PT como busca de uma correia de transmissão de suas posições para o movimento de massas. É uma política errada, pois deve-se construir um PT que seja expressão da luta operária e popular, que se construa nesta luta.

É importante a participação de tendências políticas no PT. Errado seria reduzir o PT a uma composição entre elas. Dentro do movimento pelo PT, é incorreto também, pretender estabelecer uma hegemonia a princípio. O que cabe é colocar o movimento junto aos trabalhadores e, daí, forjar uma hegemonia, possibilitar o surgimento de lideranças reconhecidas pelo conjunto dos que estão no PT. O PT não deve ser apenas uma Frente de Esquerda, isto o aniquilaria.

As diferentes concepções que aparecem no Movimento pelo PT não dizem respeito somente ao programa, mas também aos métodos organizativos, aos métodos de condução do PT, às lutas a serem travadas etc. A situação atual poderá ser um elemento impeditivo da própria evolução do PT no Rio e precisa, portanto, ser superada. A melhor política é aquela que procura romper o isolamento das massas e de suas lutas, esta a questão fundamental. A construção do PT passa pela resposta às questões que entram no movimento operário. Hoje, deve-se definir uma política que amplie o espaço de suas lutas. É imobilista a dinâmica que foi imposta no dia 11 pois, é secundário o garantir a "pureza" ideológica do que ainda não é um partido de massas, e o principal é construir este partido.

Unidade com diferenças

Outra questão importante é manter a unidade do movimento pelo PT, sem, no entanto, esmagar as diferenças internas. Qualquer tentativa divisionista deve ser combatida porque estará colocando interesses particulares acima dos interesses do movimento. Neste sentido, a ausência do deputado federal Edson Khair e da ex-deputada estadual Rosalice Fernandes merece uma crítica, não esquecendo que são membros da Comissão Estadual provisória.

Uma falha importante no dia 11, a ser superada com urgência, foi a ausência da Comissão Nacional provisória. Por dois motivos básicos: 1) a presença da Comissão Nacional seria o primeiro passo no sentido de construir-se a necessária organicidade a nível nacional; e 2) presente a Comissão Nacional ela poderia avaliar "ao vivo" o Movimento pelo PT/RJ.

O PT que será útil à classe operária, às suas lutas e aos seus objetivos é um PT classista, caracterizado não apenas por um programa de interesse de classe, mas fundamentalmente por uma política classista, por uma prática que dê

expressão política para os operários e seus aliados, que utilize métodos de luta e organização próprios dos trabalhadores e que possua uma verdadeira democracia interna.

Neste sentido é essencial:

1) Definir e levar à prática um programa de ações políticas que mais expresse os interesses dos trabalhadores;

2) Vincular todos os núcleos às lutas dos setores onde atuam. Se o PT é produto das lutas das massas deve ser também o motor principal dessas lutas se quiser ganhar a massa;

3) Colocar os interesses do movimento acima dos interesses específicos de cada tendência, reduzindo o peso das lutas internas, em função das "lutas externas" da classe e seus aliados contra a ditadura e o capital;

4) Evitar o sectarismo nas lutas internas colocando o eixo das disputas no campo político e desburocratizando as discussões.

5) Ampliar ao máximo as nucleações, principalmente com gente que hoje desperta para a luta política e operária.

É na sua prática que o PT se afirmará como partido classista. É em torno dos compromissos que orientarão sua prática que se trava hoje a luta política interna mais importante. Deve-se exigir que todos os que estão no PT assumam uma prática de integração das massas ao PT, e não às suas diferentes igrejas; é fundamental definir concretamente os eixos de mobilização, e lutar por sua aplicação.

O PT-RJ discute hoje suas campanhas para o próximo período. Destas, uma é prioritária, pois é ela que responde politicamente aos impedimentos à organização e mobilização das massas operárias e populares. Esta é a campanha de "Apoio aos movimentos grevistas e contra a repressão". Dentro dela, mostraremos a necessidade da organização política pela base dos operários, ao mesmo tempo que começaremos a construí-la.

Notícias do PT

★ O rústico salão "Poeira", tradicional "bailão" nos arredores de São Sebastião do Cai, no dia 15 de novembro deu folga aos costumeiros "chotes" e "polcas" que animam seus frequentadores. Nesse dia, a música foi outra. Cerca de cem trabalhadores, metalúrgicos, bancários, trabalhadores rurais, do couro, da madeira, professores, vereadores da região, discutiram durante todo o dia a implantação do Movimento pelo PT no vale dos Sinos, Cai e Serra.

A primeira parte do Encontro constituiu-se num informe sobre a situação nacional do Movimento, dado pelo líder bancário Olívio Dutra, membro da Comissão Nacional do Movimento. Pela Coordenação Regional falaram o industrial Paulo de Tarso Carneiro e o professor Raul Anglada Pont.

Em Garibaldi e Farroupilha, o Movimento pelo PT já conta, inclusive, com jornaizinhos locais. O "Jornal do Trabalhador", dirigido por Roberto Meira (calçados), Roque Barbieri (trabalhador rural) e Anselmo Brustolin (bancário e vereador em Farroupilha) já está no terceiro número. Em Garibaldi, o PT está sendo apoiado pelo boletim do Setor Jovem do MDB daquela cidade, através do já conhecido "Quem Cala Consente", que por não calar já custou algumas prisões e processos a seus editores.

★ Em Salvador, também no fim de semana, contando com a presença do membro da Comissão Nacional, Manoel da Conceição, reuniram-se cerca de 200 pessoas entre metalúrgicos, bancários, petroquímicos e funcionários públicos para debater a articulação do PT no Estado. Não houve deliberações; todo o tempo da reunião foi para debates de troca de experiências de nucleação com companheiros de outros Estados lá presentes. O consenso apontou para a necessidade de um PT que seja mais do que uma frente de esquerda, necessitando portanto, desde já, para sua nucleação, de uma clara política de massas.

De outro lado, apontou-se como grave a omissão do PT diante das recentes greves de São Paulo. "Um partido de ação se constrói na ação e não fora dela", afirmou Manoel da Conceição sob aplausos.

Como endereços provisórios para quem se interessar pelo PT na cidade e quiser mais informações, ficaram os seguintes: R. Bocanera Junior 8, Barris, e a sucursal de EM TEMPO - Av. Jouna Angélica 8, 1º andar, sala 44 (ambos no horário das 18 às 20 horas).

Para segunda-feira, às 20 horas, ficou marcada uma reunião da Coordenação Estadual provisória que, em Salvador, é composta pelos Secretários dos núcleos já criados.

Sexta-feira:

compre o
EM TEMPO
nas bancas
Cr\$ 20,00

Sábado e domingo:

constate pessoalmente

- * Os principais fatos políticos da semana
- * A melhor cobertura do PT e do Movimento Sindical e Operário
- * História da esquerda brasileira
- * O debate dos grandes temas do socialismo

Segunda-feira:

Faça sua assinatura
para não perder mais
nenhum número

Nome Profissão

Endereço Bairro

Cidade Estado CEP

Estou enviando o cheque nº do Banco

Por assinatura: ANUAL Cr\$ 800,00 SEMESTRAL Cr\$ 450,00

Exterior: INDIVIDUAL US\$ 70,00 INSTITUIÇÕES US\$ 120,00

Rua Mateus Grou 57 - São Paulo - SP - CEP 05415 - Fones: 853-6680 - 280-4759

Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima

Três meses depois da votação do projeto de anistia parcial da ditadura, o IIº Congresso Nacional da Anistia, deu sua resposta no último fim de semana em Salvador. Nas suas resoluções, a nova meta é vincular a questão da anistia com as lutas populares e levar adiante um Tribunal de Julgamento Político dos Crimes da Ditadura.

Por Elvira de Oliveira

O indulto, também restrito.

Pela primeira vez desde 1964, o indulto político, assinado na última terça-feira pelo general Figueiredo, é extensivo também aos presos políticos.

Contudo, como já foi denunciado várias vezes pelos presos políticos, desde a aprovação da anistia restrita do regime, o indulto é mais infame que a própria anistia, ao desconhecer — igualando — as diferenças entre «delitos» comuns e políticos.

Tão logo se soube da notícia do indulto, as primeiras sondagens junto ao Superior Tribunal Militar davam como provável a libertação de 14 dentre os atuais 18 presos políticos do país. Apenas um preso, Manoel Henrique Ferreira, passaria direto pelos critérios deste indulto, também restrito. Mas outros 13, através do expediente do indulto que diminui as penas, poderiam a partir daí requerer liberdade condicional para breve.

Se isto se confirmar, permaneceriam nas prisões os seguintes presos políticos: Hélio da Silva, Carlos Alberto Sales, Francisco Gomes da Silva e Adilson Ferreira da Silva; os dois primeiros no Rio e os seguintes em São Paulo.

Da parte dos presos, eles informam agora, que farão um consulta junto às entidades de anistia para avaliar como proceder coletivamente.

Pois, segundo o secretário de imprensa do Planalto, o indulto é um ato unilateral, e assim sendo, não cabe ao preso em questão pedi-lo ou não.

O exílio não acabou

O projeto do governo deixou gente ainda na cadeia e no exílio.

De Paris, Herbert Dan'el de Carvalho, fora do país desde 1973, não nos deixa acostumar com o retorno de muitos companheiros.

Meus amigos: Não fui anistiado. Sou um dos poucos exilados que restam fora das margens que o governo quer impor entre "anistiáveis" e "condenáveis". Não importa quanto somos, os marginais. Importa que estamos aí para definir o (mau) caráter das medidas que o governo chama anistia. Ao estabelecer um limite, qualquer que seja, à anistia, o poder conserva um trunfo: quer prova que não cede, concede.

Importa que existam os não-anistiados. Não por nós, que temos pouco significado, mas como exemplo e aviso às verdadeiras forças democráticas: continua em vigor o exílio, a prisão política, o regime de exceção. Não é uma burra intransigência que afeta algumas pessoas, mas a tentativa de impor as regras de uma "democracia parcial". Não se engana ninguém, a não ser a quem o engano recompensa. O que não é o caso dos que pensam na Democracia como algo mais que as aparências: hipócritas de um jogo onde quem sempre ganha é o juiz que, superior "às paixões políticas", nem entra na partida, mas decide a contenda.

É parte do plano o fato de sermos muito poucos os bodes expiatórios. Ninguém vai fazer do caso de meia dúzia um deus-nos-acuda: pelo menos assim raciocinam os tecnocratas da ditadura com a sua bem conhecida mania de transformar política em aritmética. Porém, não se trata de contagem, está em questão a Democracia que não é só um pouco mais ou menos de ditadura. Nunca foi decisiva a quantidade de exilados e presos, mas a existência mesmo do exílio e da cadeia. A anistia não é só o problema pessoal de alguns renitentes: coloca um problema político de todos os brasileiros. Nunca se pediu perdão para alguns, exigimos liberdade para todos...

Não é absolutamente o meu caso pessoal que interessa neste momento. Quem está em discussão não sou eu, mas a anistia do governo. Não pretendo absolutamente utilizar recursos jurídicos mais ou menos astuciosos para me beneficiar dos limites da anistia, pois não creio que seja o meu caso que tem que entrar na anistia, mas é a anistia que tem que entrar em todos os casos dos que foram condenados pela ditadura. Não sou eu quem tem que tentar reduzir as minhas penas, mas é a anistia que deve se ampliar. Isto nada tem a ver com as interpretações de jurisprudência, mas com a evolução democrática do país.

Os versos do título tantas vezes usados e para diferentes situações, bem poderiam servir para ilustrar o sentimento geral sobre o IIº Congresso Nacional pela Anistia, realizado no último fim de semana na Bahia. Segundo Luiz Eduardo Greenhalg, presidente do CBA/SP, e muitos outros participantes, os resultados extremamente positivos, o salto de qualidade nas discussões, "respondem aos setores vacilantes que achavam que a luta pela Anistia entraria em refluxo daqui pra frente".

Negando em formas concretas a estes e demonstrando amadurecimento e sensibilidade política para a conjuntura que se desdobra, o Congresso concluiu, com suas decisões mais substantivas e que orientarão os trabalhos dos Comitês Brasileiros de Anistia — CBAs e Movimento Feminino Pela Anistia — MFPA de agora em diante, pela mudança de eixo na luta pela anistia, propondo ligá-la mais organicamente aos movimentos populares e democráticos. Engajando estes movimentos na luta pela anistia e auxiliando-os na luta contra a violência policial. E mais, decidiu também pela criação de um **Tribunal de Julgamento Político dos Crimes da Ditadura**.

Para aqueles que julgavam o Movimento pela Anistia moribundo após a decretação da anistia parcial ou mesmo para quem apostava em seu gradual esvaziamento, a realização, o sucesso do Congresso e o avanço de suas definições foram uma surpresa. E surpresa pouco agradável. O "espinho atravessado na garganta" continuará, e machucando.

De princípio a escolha da Bahia para a realização do encontro causou certa inquietação: pela distância, as dificuldades de locomoção, e o próprio boicote que vinha sofrendo o CBA/BA nos últimos tempos concretizado na pouca divulgação, na dificuldade em se encontrar lugar adequado para a discussão e até no envio sinistro de cartas com ameaças de agressões físicas e bombas.

No entanto, ao se iniciar o Congresso a sensação era de júbilo e satisfação por mais uma vitória alcançada. Ao lado das figuras conhecidas de Prestes, Arruda-Câmara, Manoel da Conceição e

outros, mais de duas mil pessoas compareceram à sessão de abertura, onde foram lembrados os mortos da ditadura e homenageado de forma especial Carlos Marighela, e apresentados de forma minuciosa relatos sobre os trabalhos dos vários CBAs e MFPA nos outros Estados do país.

Nos dias que se seguiram, mais de 500 pessoas divididas em comissões, avaliaram o movimento até o presente e partindo destas avaliações formularam as propostas levadas à votação na plenária do último dia. Estas comissões em número de oito foram: 1) de luta contra a legislação e o aparato repressivo; 2) de trabalhadores do campo e da cidade (onde uma das questões discutidas foi o Movimento pelo PT); 3) de mortos e desaparecidos; 4) de presos e ex-presos políticos; 5) de reintegração dos anistiados; 6) de organização dos movimentos de anistia e relação com as instituições congêneres no exterior; 7) de exilados e 8) de torturados e mutilados (onde a Comissão de Saúde dos CBAs teve papel destacado).

Ao contrário de perder-se num impasse após a decretação da anistia parcial e frente à Nova Lei de Segurança Nacional, que gradativamente esvazia as prisões, o Movimento pela Anistia ganha novo alento neste seu 2º Congresso, aprofundando e ratificando a nova linha de atuação que já se delineava nos últimos meses.

Desde a multiplicação dos movimentos grevistas no país e com a intensa e bárbara repressão que lhes seguiu, os CBAs e MFPA, ao lado de outros setores da sociedade, vêm assumindo uma postura ativa, integrando as várias Comissões de Apoio que surgiram, e animando campanhas que vão das coletas para os fundos de greve até as denúncias aos desmandos policiais e defesa dos ativistas presos. Esta nova proposta de trabalho, terminou por aproximá-los mais dos movimentos populares que gradativamente passaram a vê-los também como seus, enxergando a possibilidade de aliarem.

Nessa perspectiva, o eixo de luta que foi vitorioso neste 2º Congresso, veio formalizar uma opção que já estava sendo levada na prática, pelo menos pelos mais expressivos CBAs e MFPA. E a tônica da

anistia de agora em diante, que é a ligação mais orgânica com os movimentos populares e democráticos, representa não apenas um avanço substancial do Movimento, mas sobretudo é mais uma vitória do movimento popular.

Em segundo lugar, a instalação do Tribunal de Julgamento dos crimes da Ditadura (Verxo).

Ao lado destes dois pontos norteadores do trabalho a mais longo prazo, o Congresso definiu ainda 4 campanhas que serão deflagradas imediatamente a nível nacional. São elas: imediata libertação dos presos políticos que continuam nos cárceres; volta dos exilados não atingidos pela anistia; revogação da Lei de Segurança Nacional e do aparato repressivo e luta contra a violência policial aos operários. Será também desenvolvida uma campanha pelo apressamento da saída para o exílio de Teodomiro Romeiro dos Santos e pela sua anistia. Foi decidida ainda uma campanha de denúncia política do indulto na medida em que ele transforma os presos políticos em criminosos comuns.

Nas discussões políticas que se desenvolveram nestes três dias na Bahia, outras linhas de atuação foram debatidas e todas derrotadas, por estarem menos sintonizadas com a dinâmica do movimento atual da sociedade. Houve, por exemplo, quem propusesse que os Movimentos pela Anistia devêriam centrar-se na defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte. Outros defendiam que o centro da luta deveria circunscrever-se à defesa dos direitos humanos e outros mais que a anistia deveria privilegiar as denúncias de violência policial.

No final do Congresso, o saldo superou de muito as expectativas, tanto pelo comparecimento expressivo, como pela mudança claramente observada na composição social dos participantes. Diferentemente do anterior, em que a pequena-burguesia foi preponderante, este foi dominado pelos trabalhadores do campo e cidade, que ativos, integraram comissões e estiveram presentes até a sessão de encerramento no domingo à noite, que teve como presidente da mesa a viúva de Santo Dias da Silva, o metalúrgico assassinado na greve recente de São Paulo.



Torturados dão seu depoimento



As comissões

Tribunal vai julgar crimes da ditadura

O novo eixo de luta da Anistia que mais chama a atenção é agora a instalação de um Tribunal de Julgamento dos Crimes da Ditadura com um papel importantíssimo a cumprir. Isto porque pretende colher minuciosas informações sobre todos os torturadores de que se tem notícia, formando "dossiês" de suas ações, contribuindo dessa forma, para que elas não passem em branco. Além disso, o Tribunal objetiva enriquecer a memória, para que nunca sejam esquecidos os atores desse momento sangrento de nossa história.

Este Tribunal será formado por personalidades nacionais e estrangeiras dedicadas à luta pela anistia e direitos humanos e por juristas de renome. Inspirando-se no Tribunal Russel, estreitará relações com organizações que, como esta última, buscam os mesmos fins e, dessa forma, se integrará aos movimentos internacionais de anistia e direitos humanos.

Não se tem ilusões de que, ao instalar-se, este Tribunal estará declarando sentenças e executando-as. Este foi o argumento daqueles que tradicionalmente têm se oposto a iniciativas do gênero, sob alegação de que não podemos nos iludir com um pretensão Tribunal de Nuremberg tendo os nazistas ainda o poder.

No caso da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, tentada pelo MDB há meses, esta tese foi brandida por muitos opositores. Já na época, o debate em torno do tema precisou, contudo, seu significado. Tratava-se isto sim, de obstaculizar

o processo de institucionalização que o regime vem buscando, tentando deixar para trás, infocáveis, um saldo de crimes impunes e, por correspondência, o aparato repressivo intacto.

Manter acesa a denúncia destes crimes e de seu aparato, cobrar a responsabilização de seus autores e agentes, a desativação total do aparato, é parte insubstituível e inseparável da luta por liberdades democráticas. Não deixar espaço para as manobras reformistas da ditadura, esta a essência do problema. Se a execução das sentenças do Tribunal não se efetivará senão num quadro de derrubada da ditadura num claro processo revolucionário, isto em nada invalida ou minimiza as virtudes do Tribunal agora, ou da CPI há meses. O pragmatismo nestes casos, nada mais esconde do que uma postura claudicante, colaboracionista no fundo, frente ao regime militar.

Veja-se o exemplo, já citado e inspirador, do Tribunal Russel, no julgamento dos crimes dos EUA no Vietnã. O papel que cumpriu do ponto de vista da desagregação do apoio que a opinião pública norte americana dava à guerra, levando finalmente à bancarrota do imperialismo, foi inestimável.

Enfim, a vitória dos novos eixos de luta e, em especial, da tese do Tribunal no Congresso, foi entre outras coisas, um sinal a mais da perda de espaço das oposições vacilantes nas frentes de batalha contra a ditadura.

Agora, é colocá-lo pra frente.

Nova direção

Em sua estrutura organizativa, o Movimento pela Anistia também se reformulou neste Congresso e a partir de agora terá roupagem diversa. Na nova Executiva Nacional eleita, os Comitês Brasileiros pela Anistia ganham preponderância, sendo agora majoritários e o MFPA/SP cederá lugar ao MFPA do Rio de Janeiro.

Além disso decidiu-se pela regionalização do Movimento, dividindo-se o país em 4 regiões: Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Leste, para, dessa forma, tentar-se avançar lutas regionais, estimulando-as de forma mais concreta fora do triângulo, Rio, São Paulo e Minas Gerais, onde até agora predominaram. Explicando tal iniciativa, Luiz Eduardo Greenhalg diz que ela é necessária por ser muito diferenciada a luta democrática pelo país afora. A regionalização procurará superar estas diferenças hegemônicas as lutas e unificando efetivamente as campanhas que daqui pra frente se desenvolverão.

Dando conseqüência às decisões do Congresso a nova Executiva Nacional se reunirá nos próximos dias 1º e 2 de dezembro no Rio de Janeiro, quando se fará o detalhamento das Campanhas a serem encaminhadas nos próximos meses e se iniciarão as discussões para a instalação do Tribunal de Julgamento dos Crimes da Ditadura.



Carestia propõe Greve Geral

A realização do I Congresso Estadual de Luta Contra a Carestia trouxe a promessa de mudança nas formas de luta do Movimento do Custo de Vida, que surgiu há seis anos na periferia de São Paulo, cresceu e hoje já possui raízes em vários Estados. Uma dessas novas formas de luta, aprovada no final de Congresso, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, no último domingo, é a preparação de uma greve geral "contra o arrocho salarial e a favor do congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade".

Essa idéia de greve geral, que já surgira antes, no I Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, realizado em Niterói, ainda não tem um contorno claro. Afirma-se que a paralisação duraria um dia, em data ainda a ser fixada, e contaria com a participação dos assalariados da capital e do interior, entre as várias categorias de profissionais que se manifestariam por meio dos seus sindicatos.

Em termos concretos, e imediatos, o Movimento do Custo de Vida decidiu, no entanto, partir para a realização de atos de protesto contra o aumento dos preços nas portas de supermercados e de indústrias de alimentos.

Não fugindo das questões políticas mais gerais, o Congresso de Luta Con-

tra a Carestia resolveu promover manifestações de protesto também contra os projetos de reforma do governo, tanto o que extingue os dois partidos como o da CLT. Na mesma linha, já comprometeu os seus participantes com a realização de manifestações unificadas de trabalhadores no 1º de maio do próximo ano. E, de tabela, aprovou uma "moção de repúdio" ao governador de São Paulo, o Salim Maluf, pelo projeto de construção de uma nova capital. "enquanto deixa sem solução graves problemas do saneamento básico, de transportes coletivos, de moradia, de educação, de saúde e de lazer".

O Congresso não deixou também de voltar a colocar a questão da Reforma Agrária, com distribuição de terra para quem nela trabalha, tratando também da formação de cooperativas de consumo popular, bem como da necessidade de uma Central de Medicamentos - CEME - passar a distribuir gratuitamente remédios à população.

Segundo a Coordenação do Congresso, participaram dos debates, durante os três dias do encontro, 795 pessoas, a maioria trabalhadores (563), sendo 180 operários urbanos e 50 do campo. Também 179 donas-de-casa e diversos profissionais liberais, professores, funcionários públicos e estudantes compareceram ao Congresso.

“Hora do Povo” é repudiado

O jornal “Hora do Povo” tratou as lideranças da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que dirigiu a recente greve da categoria no Estado, chamando-as de “provocadores”. Num texto de capa da edição que “apresenta os resultados da greve”, o jornal chega a dizer: “O grupo de oposição sindical já vem sendo conhecido como meninos da ejaculação precoce”.

A resposta não tardou. Em pleno Congresso Nacional da Anistia, realizado no último fim de semana, em Salvador, foi lida a seguinte moção de repúdio às matérias publicadas pelo “Hora do Povo” sobre a greve dos metalúrgicos:

“Em nome da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, da Bahia, da Construção Civil de Volta Redonda e de participantes da Oposição

Sindical da Construção Civil de Belo Horizonte e do Sindicato dos Petroquímicos da Bahia para levar o nosso repúdio aos termos em que o jornal “Hora do Povo” tratou a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo por ocasião da greve. Somos pela liberdade de crítica e a favor do debate aberto. O que lamentamos é que um jornal que se propõe a defender os trabalhadores use para tratar suas lideranças a mesma linguagem que é usada pelos piores órgãos da imprensa burguesa ou pelos ministros da Ditadura.

Não aceitamos esta maneira de resolver as divergências no seio do povo.

Nosso total repúdio a este tipo de matéria. Exigimos uma retratação pública dos seus responsáveis.

A luta continua. Viva a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo”.

Metalúrgicos/BA Pelegão Manobra

Metalúrgicos baianos pressionaram para que o Sindicato convoque uma Assembléia-Geral para debater a nova política salarial do governo. O presidente da entidade, o sr. Manoel dos Santos, conhecido também como o pelegão, tentou a todo custo evitar a marcação da dita, mas acabou aceitando. Com uma condição: sem data. Os metalúrgicos, acostumados com as manobras e querendo evitar que a idéia da necessidade do debate se esvazie, estão alertando todos os companheiros para ficarem atentos. “Vamos forçar a marcação da data com antecedência”, dizem eles, “para que a assembléia seja massiva”.

Cultura/MG 1ª Jornada Operária

Sob a coordenação do Centro de Estudos do Trabalho (CET) e a participação do GETEC, do *Jornal dos Bairros*, do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e da Pastoral Operária de Contagem, será promovida, do dia 25 de novembro ao dia 15 de dezembro, a 1ª Jornada Operária de Cultura.

Divulgamos aqui as atividades programadas para os dias 25 e 30 deste e 1º de dezembro.

Dia 25: às 18 hs, no Colégio Santa Rita, a Igreja e os Trabalhadores, com Frei Beto. E o filme “Braços cruzados, máquinas paradas”.

Dia 30: às 19 hs, no Sindicato dos Metalúrgicos. As greves em Minas, com Efigênia de Oliveira, metalúrgica de Contagem, e o filme “Que ninguém mais ouse duvidar da capacidade de luta da classe operária”.

Dia 1º de dezembro: às 15 hs, no Sindicato dos Metalúrgicos, A fábrica e o Sindicato, com José Ibrahim. E o filme “A Greve”.

Mineiros/79 Última greve do ano

★ Terminou no dia 16 último aquela que poderá ser a última greve do ano em Minas Gerais. Depois de dez dias de paralisação, os 560 trabalhadores da Mina da Alegria em Mariana voltaram ao trabalho com algumas conquistas:

retorno ao horário antigo de trabalho, pagamento dos dias parados a ser compensado em horas extras e fins de semana e promessas de melhoria nas condições de trabalho e de assistência médica. Mas o saldo maior foi organizativo: ao final os operários partiram para criar uma associação, congregando mineiros da Samarco e Belgo Mineira, do mesmo grupo Samitre.

Tecelões de SP Acordo salarial

Os tecelões de São Paulo fizeram acordo com os patrões, já na base da nova política salarial, em meio a uma assembléia melancólica na qual estavam 400 trabalhadores. Os aumentos variaram de 66% para os que ganham até Cr\$ 8.798,00, na primeira faixa, chegando a 55%, na última, para os que recebem Cr\$ 80.000,00. Tudo indica que isso foi ironia patronal, pois nenhum dos presentes sequer sonha em ganhar tanto.

Terminada a festa de patrões e pelegos, porém, oposição e base reuniram-se para avaliar a campanha e o seu desfecho, sem a presença dos diretores sindicais. As críticas foram incisivas: “A diretoria não tem interesse em mobilizar a categoria”, disseram todos. E deram exemplos, lembrando as dificuldades para rodarem boletins aprovados em assembléia, colar cartazes ou realizar qualquer atividade mobilizadora, sempre impedidas pela diretoria.

Os tecelões são hoje, em São Paulo, cerca de 75 mil, dos quais 20 mil estão sindicalizados. E a categoria é considerada a mais avançada entre os tecelões de outros Estados e do interior de São Paulo. Sinal de que o resto está numa pior de doer.

Toko do Brasil Mulheres e Menores

★ A Toko do Brasil, instalada a 5 anos em Taboão da Serra, vai duplicar sua capacidade produtiva. De 1,5 mil trabalhadores passará a contar com mais de 3 mil. Sem dúvida, essa rápida expansão tem por causa as condições de trabalho dentro da empresa, que permitiu uma brutal exploração da força-de-trabalho. Vejamos:

- 90% da mão-de-obra é composta de menores, o que assegura uma grande docilidade da força-de-trabalho;

- As meninas (maiores) só possuem 5 minutos pela manhã e 5 minutos, pela

tarde, para freqüentar o banheiro (que existem na proporção de 1 para 80);

- As meninas são obrigadas a sair descalças nas ruas, sob a alegação ridícula de que não podem “sujar o ambiente de trabalho”;

- As meninas são submetidas, diariamente, a uma rigorosa revista, praticada por homens, o que é proibido inclusive pela CLT;

- A comida do restaurante, para não fugir à regra, é intragável.

No entanto, mais grave que tudo isso é a brutalidade com que são tratados os empregados da empresa. Além de casos de maus-tratos aos empregados, recentemente uma grevista, ao ser despedida da Toko, teve sua bolsa revistada no vestiário e, depois, forçada a uma nova revista na saída. O guarda, além de revistá-la novamente, simplesmente jogou sua bolsa no chão sem sequer dignar-se a entregá-la nas mãos. Sob os protestos da grevista, simplesmente chingou-a e colocou a mão no revólver, diante dos complacentes olhares dos diretores da empresa. Até quando os operários da Toko vão tolerar coisas como essa?

Eletricitários/MG volta à carga

Em setembro passado, nas eleições para o sindicato dos hidrelétricos mineiros, a situação, comandada por Maria Felícia, ganhou com margem de 19 votos, mas não obteve a maioria necessária. Sob a alegação de não ter mais dinheiro, Benedito Alves Barbosa, atual presidente do sindicato, não marcou novas eleições e Maria Felícia impetrou recurso para garantir sua posse.

No princípio de outubro, os trabalhadores aumentaram as pressões e, a exemplo de seus companheiros da Celpe (Pernambuco) e da Chesf (Bahia), começaram a organizar sua campanha salarial, com data-base para novembro, que englobaria os trabalhadores de Uberlândia, Sul de Minas e Santos Dumont. Em assembléia, decidiram encaminhar à empresa 15 reivindicações básicas, entre elas: piso de dois salários mínimos, índice do governo mais 30% escalonados, adicional de periculosidade, horário único de jornada para o pessoal da capital e do interior e creche para os locais com mais de 100 trabalhadores. A ridícula resposta da CEMIG foi: piso de Cr\$ 2.500, dispondo-se a reembolsar por um ano os trabalhadores que quisessem colocar seus filhos em creches, pois ela não as construiria. As demais propostas, a empresa prometeu “estudá-las em outra oportunidade”.

AS GREVES DA SEMANA

SETOR	LOCAL	Nº DE GREVISTAS	REIVINDICAÇÕES PRINCIPAIS	DURAÇÃO	RESULTADOS
Metalúrgicos	Curitiba (PR)	12 mil operários	85% de reajuste salarial	De 12/11 a 14/11	70% de reajuste salarial escalonado
Eletricitários de Pernambuco	Recife (PE)	4 mil trabalh.	Readmissão dos membros da comissão de reivindicação e 91,6% de reajuste	De 30/10 a . . .	—
Mineiros da Samitri (Cia de Mineração de Tindade S.A.)	Mariana (MG)	560 trabalh.	Aumento salarial de 80%, pagamento de gratificação de férias etc.	De 7/11 a 16/11	Antecipação Salarial concedida em janeiro do próximo ano.
Carreiros do ABC Paulista	São Paulo (SP)	2.000 trabalh.	Aumento de 70% sobre o valor do frete.	De 15/11 a . . .	—
Trabalhadores da Construção Civil	Curitiba (PR)	500 trabalh.	80% de reajuste salarial	De 19/11 a . . .	—

Vinte e seis dias de resistência

Os operários da Tecnoforjas — 390 de um total de 450 empregados já tinham conseguido quebrar a resistência de seus patrões. Iam assinar um acordo com todas as reivindicações atendidas. O Ministério do Trabalho e a FIESP intervêm e anulam tudo. Depois de 26 dias de greve, a volta ao trabalho.

Por Robinson Ayres

Eram 13 horas do dia 20 de novembro. Os operários da Tecnoforjas jogavam bola, conversavam e liam jornal ou tomavam sol nos fundos da Igreja da Sagrada Face, no Jardim Aricanduva, onde vêm se reunindo desde o dia 26, quando iniciaram sua greve. A comissão que estava reunida desde as 9:00 horas, na FIESP, em negociação com os patrões entra pelo portão lateral da igreja. Os operários, imediatamente, abandonam tudo e se reúnem em assembléia geral no salão dos fundos da Igreja. As 13:30 estava encerrada uma greve que já durava 26 dias.

A greve da Tecnoforjas, iniciada 2 dias antes da deflagração da greve geral dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, foi a resposta dos operários às medidas repressivas tomadas pela direção da empresa contra aqueles que participavam ativamente da campanha salarial dos metalúrgicos. A Tecnoforjas demite o metalúrgico José Antonio. Seus companheiros paralisam o trabalho e apresentam, além da exigência de sua readmissão, 18 outras reivindicações e, dentre elas, a legalização de uma comissão de fábrica eleita no mesmo dia 26.

“Não fizemos o movimento somente pela readmissão do José Antonio. Este era o 1.º item de uma lista de 19 reivindicações que apresentamos à empresa. Centramos a luta em torno de 4 itens básicos (estabilidade de 6 meses para os grevistas, readmissão do José Antonio, parcelamento da cobrança dos dias parados e legalização da comissão de fábrica) deixando os outros 15 para serem discutidos com a empresa, posteriormente.

“Há muito tempo que pensávamos em organizar uma comissão de fábrica.

Com a nossa greve e a greve geral nós nos sentimos organizados o suficiente para criar uma comissão e enfrentar os problemas que vivemos aqui na empresa”, declaram os membros da comissão de fábrica.

Um operário da Tecnoforjas ganha, em média, Cr\$ 12,00 por hora o que significa um salário médio/mensal de menos de Cr\$ 3000. As condições de trabalho, principalmente de segurança, são péssimas o que explica os acidentes de trabalho e o destaque que os operários deram a este aspecto em suas reivindicações.

O ministério cancelou tudo

“As condições de trabalho são péssimas. A Tecnoforjas trabalha no esquema de produção e exige muito da gente, não oferecendo nenhuma condição. Temos um companheiro que já chegou a fazer 183 horas-extras em um mês. Com o pessoal que trabalha na prensa já aconteceram vários acidentes. É natural que, depois de 15 horas de trabalho num dia, o operário durma na máquina. Os sanitários são tremendos chiqueiros. Não oferecem material de segurança necessário. Atualmente eles estão pegando as luvas velhas, dando uma lavada e voltando para a gente. Algumas não têm dedo. Por causa de luvas rasgadas o pessoal que trabalha na lixadeira muitas vezes se

acidenta. O sapato de segurança, que eles deviam dar, está sendo vendido pela hora da morte. O cara que ganha salário mínimo não tem condições de pagar.

“Agora, dinheiro para comprar máquinas eles têm. Do operário querem cada vez mais produção, em larga escala. Outra coisa é que dentro da fábrica não cabem mais máquinas e eles vão enfiando, você está trabalhando aqui e tem um companheiro do seu lado com o torno ligado, rodando, peça voando para lá e para cá. O pessoal que trabalha na forjaria não tem a mínima proteção, a peça sai do forno e é colocada na ferramenta, é prensada e o operário está lá totalmente exposto, com o peito aberto.

“Conscientes de que estes problemas são permanentes dentro das empresas, sentimos a necessidade de eleger uma comissão para podermos encaminhar, também de forma permanente, nossa luta contra eles. Foram eleitos os companheiros que mais se destacavam em cada seção (1 por seção) os mais combativos, os membros podem ser afastados a qualquer momento, bastando para isto que eles não correspondam aos interesses do pessoal”

Com a decretação da greve geral dos metalúrgicos, no dia 28 de outubro, o movimento dos operários da Tecnoforjas se integrou na paralisação dos metalúrgicos de São Paulo, mas suas características particulares garantiram sua sobrevivência após o encerramento da greve geral da categoria. O fato de somente 2 itens - 83% de reajuste salarial e piso salarial de Cr\$ 7200 - dos 19 pontos que reivindicavam coincidiam com o elenco dos metalúrgicos de São Paulo — definia uma relativa independência da greve da Tecnoforjas diante da greve geral. A coesão e organização dos operários somados ao expressivo apoio que receberam, explica a resistência dos 26 dias.

Intervenção não!

Na sexta-feira, dia 9, as negociações com a diretoria da empresa pareciam chegar a bom termo. Os patrões concordaram com todas as reivindicações, inclusive com a legalização da comissão de fábrica. Restava que operários e a diretoria da empresa assinassem documento formalizando o acordo, o que seria feito na manhã de segunda-feira, dia 12 de novembro.

“Na segunda-feira, quando procuramos a empresa para assinarmos o documento fomos surpreendidos com a presença do Sr. José Vitório Mouro, assessor do Ministro do Trabalho que anulou todos os nossos entendimentos com os patrões e deu um prazo até quarta-feira, 14, para voltarmos a negociar. De fato o que houve foi uma intervenção em nome da FIESP e na quarta-feira o Sr. Vitório Mouro jogou fora o papo de negociação: “a empresa não quer mais discutir sobre o assunto”, foi o que ele disse, declaram os membros da CF”.

Numa ação combinada com a intervenção ministério-Fiesp, a repressão policial começa a agir de forma ostensiva.

Agentes do Dops, na mesma segunda-feira, invadem as dependências da Igreja Sagrada Face à caça dos cabeças do movimento e tentam prender o Pe. Geraldo e Pereirinha, membro da oposição sindical que vinha desempenhando o papel de intermediário, em nome dos trabalhadores, nas negociações com a Tecnoforjas.

Diante da intransigência patronal, determinada pela intervenção do Ministério do Trabalho e da FIESP, os operários programaram uma manifestação pública para segunda-feira, 19, na porta da Tecnoforjas. Às 5 horas da manhã, a avenida Rio das Pedras, começava a assistir a chegada de representantes de movimentos de bairros, CBA, parlamentares, e da Igreja que juntamente com operários da Tecnoforjas e seus familiares se concentraram, num total de 150 pessoas, em frente ao portão da empresa reivindicando a reabertura das negociações, suspensas desde o dia 12. “Intervenção, não! Negociação, sim!” era a palavra de ordem.

Negociação sim!

Às 7 hs. um diretor da empresa chama a comissão de negociação para conversar.

Diante das promessas de reabertura das negociações a concentração se transforma numa passeata, caminhando até a Igreja da Sagrada Face.

Na terça-feira, dia 20, os operários

encerrariam o movimento. Reunidos em assembléia-geral, às 13 horas, resolvem aceitar os termos impostos pela FIESP em nome da Tecnoforjas: garantia de que um mínimo de 75% dos grevistas seriam readmitidos na empresa e que ninguém seria demitido por justa causa. A decisão foi por unanimidade. Era o momento de recuar. A luta que era contra a Tecnoforjas passou a ser contra todos os patrões representados pela Fiesp e contra o Governo, através do Ministério do Trabalho.

Num clima de grande emoção os operários continuaram discutindo como organizar a volta ao trabalho e fazendo um pequeno ensaio de avaliação onde o “valeu a pena lutar”, “foi muito importante nossa coesão”, deram o tom.

Alguns operários que já haviam-se dirigido para a cozinha, pois a sopa já estava pronta, o almoço, voltam correndo: “Pessoal temos uma proposta”. A assembléia se reúne. “O negócio é o seguinte. Aqui entre os companheiros tem aqueles que sabem mais, são mais especializados Vamos organizar um curso, para ensinar profissões e...” Lá fora alguns arregaçavam as calças para uma “pelada”, outros enfrentavam o almoço, alguns recebiam verduras recolhidas no CEASA na madrugada anterior e se dirigiam para casa, outros conversavam alegremente. Estava terminada uma batalha. O clima era de merecido orgulho por ter dado um exemplo de organização e resistência.

Curitiba

Metalúrgicos ganham a batalha

O governador Nei Braga lamenta não poder fazer nada, os empresários reclamam que a repressão não atende seus apelos e os metalúrgicos levam a melhor.

Roberto Grum

A greve dos metalúrgicos de Curitiba acabou com sabor de vitória. Apesar de os 70% escalonados conseguidos serem bem inferiores aos 85% pedidos, as outras reivindicações conseguidas foram bastante importantes: nos dois dias de paralisação os operários conseguiram um piso salarial de Cr\$ 3.900,00 e um mínimo para admissão de Cr\$ 4.200,00. O alcance dessa vitória salta aos olhos, com esse salário inicial a famosa leva de cortes que se segue ao reajuste anual perde sua razão de ser e, com o pessoal preservando seu emprego, a categoria se fortalece, mantendo uma boa parte das lideranças. Uma outra reivindicação importante conseguida foi a estabilidade garantida para as grávidas desde o início da gravidez - como as operárias estão cansadas de saber, se a firma descobre a gravidez antes dos três meses em que a C.L.T. garante a estabilidade, “babau” emprego, e isso fica fácil de saber pela queda de produtividade devida a enjões e desmaios frequentes nesse período e também pela comunicação sistemática da situação de gravidez por parte das firmas de assistência médica às empresas interessadas.

Deu zebra no TRT

Essa greve não fez nada bem para o fígado dos patrões: logo de cara, não conseguiram a decretação da ilegalidade da greve, com o que tornou-se difícil justificar a repressão, nas palavras do governador Nei Braga: “numa greve legal, não posso fazer nada”, o que, é claro, não impediu o seu secretário de Segurança a declarar que estava mantendo 70% do efetivo da Polícia Militar local em prontidão por causa da greve.

A coisa chegou ao ponto de Gilberto Borges, o presidente do sindicato patronal, declarar frustrado: “o governo prometera uma maior segurança para os trabalhadores que queiram trabalhar”. E diante do descaso dos seus aliados naturais, os patrões passaram a usar dos tradicionais sistemas internos de repressão, tanto aberta como velada - enquanto numa fábrica pequena o gerente num trator tentou atropelar os piqueteiros, nas fábricas maiores programaram-se para os dias de greve almoços “de confraternização”, chegando a uma manobra bastante atípica em termos normais: teve firma que antecipou a data de pagamento para o dia da deflagração da greve, mas também passando pela filmagem, do interior das firmas, dos piquetes, para posterior identificação dos piqueteiros.

E na esfera judicial, depois de ouvirem do TRT que: “a greve é própria dos países de economia de mercado, tanto assim que é proibida nos países totalitários”, os empresários, ao ameaçarem brandir o não pagamento das horas paradas acabaram escutando: “a lei é clara ao determinar que esses dias devem ser pagos, se a justiça considerar procedente pelo menos parte das reivindicações dos trabalhadores”. E por pouco os trabalhadores não conseguiram uma vitória que seria histórica, na questão do delegado sindical, no entender do juiz do TRT: “embora ele seja uma necessidade, suas atribuições ainda devem ser regulamentadas”. Para reforçar o ineditismo da sentença conseguida pelos trabalhadores, a decisão foi anunciada logo depois de um assessor do Ministério do Trabalho insinuar que a greve deveria ser declarada ilegal.

O "Balanço" do Partido

Sob o título "A campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos" foi divulgado um documento do PCB avaliando o recente movimento grevista. Apesar de discordarmos de sua análise, e condenarmos seu tom sectário consideramos, no entanto, que as posições ali defendidas fazem parte do atual debate sobre os rumos do movimento operário. Aqui, os trechos mais importantes do documento.

Atenção dos comunistas há meses se ocupa da campanha salarial dos metalúrgicos da Capital, Osasco e Guarulhos...

Terminada a campanha da forma que todos conhecem, com magros resultados econômicos, uma greve minoritária e sem esperança, desarticulada sob repressão violenta—que não hesitou em assassinar uma liderança combativa e responsável—e com o agravamento das divisões na categoria, sentimo-nos no dever de iniciar o debate das causas da derrota e das responsabilidades pela conclusão incontestavelmente desastrosa desse momento da luta dos trabalhadores....

Os sete pecados capitais da campanha

Sem a preocupação de estabelecer uma hierarquia de erros, consideramos os seguintes como fundamentais para o fracasso da campanha:

Falta de esclarecimento sobre as implicações da nova política salarial do governo

E de justiça assinalar que se tratou de equívoco do conjunto do movimento sindical, que não avaliou corretamente o significado e a repercussão da conversão em lei da proposta dos reajustes semestrais. Os trabalhadores poderiam mobilizar-se para a luta contra os numerosos aspectos negativos do projeto governamental, se os sindicatos os chamassem a conquistar reajustes trimestrais (como previa o substitutivo do MDB) ou a escala-móvel de salários, ao lado da defesa da livre negociação e do combate aos retrocessos inseridos na proposta do governo....

Comportamento faccioso e divisionista da oposição sindical

Numa campanha importante e difícil como a que analisamos a unidade da categoria era absolutamente indispensável para que fossem obtidas vitórias. Mas os grupos aventureiros e sectários reunidos na auto-proclamada oposição Sindical tinham exatamente o objetivo de impedir essa unidade, com a idéia fixa de utilizar a campanha—desde o início—para impor sua influência aos trabalhadores. Para isso, sacrificou todos os objetivos (inclusive aquele que deveria ser comum a todas as correntes: a conquista de um bom aumento salarial para os trabalhadores em luta). Tudo foi sacrificado para alcançar sua meta facciosa de desgastar as diretorias dos sindicatos, particularmente os da Capital e de Guarulhos, tendo conseguido neutralizá-las. Pretendendo, acima de tudo, qualificar-se como alternativa de direção dos metalúrgicos, levou-os a um desastre e demonstrou o quanto é perigosa e nociva sua conduta no movimento.

Fixação de reivindicação irrealista

A aprovação de um conjunto de reivindicações no qual se destacava a de 83% de aumento sobre os salários atuais,

foi um severo golpe nas possibilidades de êxito da campanha...

É bastante verificar os resultados das lutas salariais dos metalúrgicos no último ano para se compreender o absurdo deste pleito. Os melhores resultados foram obtidos no Rio de Janeiro (75% sobre a data-base). O ABC, em maio, após um mês de greve, conseguiu 63%. O irrealismo da reivindicação desanimou os trabalhadores e limitou sua mobilização.

Colocação da greve como objetivo da campanha, em lugar do atendimento das reivindicações

Desde o início da campanha, os grupos sectários e aventureiros trabalharam no sentido de conduzi-la a um impasse, diante do qual só restaria a categoria o recurso à greve por tempo indeterminado, fossem quais fossem as condições....

Completo a tática mencionada, a recusa do exame sequer da hipótese de greves parciais, de advertência, capazes de contribuir para evitar o bloqueio das negociações....

Violação da democracia operária

Como classe social vitalmente interessada na democracia, o proletariado tem necessidade de praticá-la em primeiro lugar em suas organizações, assembleias e movimentos....

Na presente campanha, a democracia operária foi muitas vezes violada. Em assembleias, o tempo dos oradores foi, às vezes, limitado a um minuto, o que impediu a exposição serena das idéias e a reflexão. Charangas e batucos levados pela Oposição Sindical, procuravam abafar a palavra dos companheiros que dela divergiam. Tentativas de cassação da palavra de oradores, da tomada de microfones pela força, de agressão física a companheiros no recinto mesmo de assembleias, foram registrados. Procurou-se impedir a livre circulação de panfletos e manifestos, chegando-se mesmo a agredir e a espancar companheiros, para confiscar-lhes folhetos. Por mais repugnantes e graves que sejam essas tentativas de impedimento do debate, elas não esgotam o nosso tema pois ainda mais grave foi a decisão de greve em assembleias que reuniam apenas sua parcela mobilizada e politizada, infelizmente minoritária.

Reedição de práticas golpistas: greve de fora para dentro das fábricas

Uma das mais importantes características das mobilizações da classe operária brasileira iniciadas com a greve dos metalúrgicos de S. Bernardo, de maio de 1978, foi a superação de certa tradição cupulista e golpista do movimento sindical....

No caso da atual campanha, verificou-se o inverso. Assembleias pequenas e pouco representativas, fruto do efeito acumulado dos erros mencionados, resolveram pela greve sem auscultar o

ânimo dos trabalhadores, sem medir as conseqüências de uma derrota, sem avaliar as possibilidades reais de vitória. Desta forma, a única maneira de tentar obter a adesão da maioria foi a formação de piquetes, que procuravam animar os trabalhadores e levá-los a interromper a produção. Raras fábricas pararam por decisão autônoma de seus operários, e a maioria retornava ao trabalho no dia seguinte, a não ser que um piquete voltasse a paralisá-la....

Nossa frontal repulsa à repressão, nossa decidida disposição de lutar pelo direito de greve, pelas mais amplas liberdades democráticas, não podem nos impedir de condenar severamente a tentativa golpista de fazer greves que dependem unicamente de piquetes, concebidos como substitutos da vontade coletiva e democrática dos trabalhadores de defenderem seus direitos.

Distanciamento do conjunto do movimento democrático

No entanto, a partir da estúpida ação repressiva que culminou no assassinato do companheiro Santo Dias, que suscitou ampla reação do sentimento democrático do nosso Povo, buscou-se canalizar essa solidariedade para a tentativa desesperada de reanimação da greve, o que não foi possível, conseguindo-se apenas completar o isolamento daqueles companheiros mais mobilizados, que persistiram no afã de paralisar a produção (com coragem e ardor que se devem ressaltar e compreender, mas, objetivamente, sem possibilidade de alterar o quadro).

Condições indispensáveis para a recuperação da unidade e organização dos metalúrgicos da região

...A principal dessas lições é, sem dúvidas, a necessidade das correntes unitárias, combativas e consequentes, entre as quais nos incluímos, de se oporem com maior audácia e firmeza à ação dos divisionistas agrupados na Oposição Sindical, principais responsáveis pela derrota sofrida pelos trabalhadores metalúrgicos. Não fosse algumas falta de clareza, vacilação e tentativa de conciliar com o oportunismo e golpismo da Oposição Sindical, esta teria tido mais dificuldade de se apoiar da condução da campanha, como ocorreu especialmente nas etapas finais da mesma....

Como abnegação, firmeza e audácia, o que há de melhor no movimento metalúrgico de São Paulo, Osasco e Guarulhos poderá retornar a iniciativa, e dar início a um processo novo, unitário que isole os divisionistas e aventureiros e permita aos metalúrgicos a preservação de suas conquistas e o acúmulo de forças para os novos e vitoriosos embates que a classe operária brasileira travará, pela democracia, pela soberania nacional e por melhores condições de vida e trabalho.

São Paulo, novembro de 1979



Dois anos de greves

Como romper o cerco da ditadura?

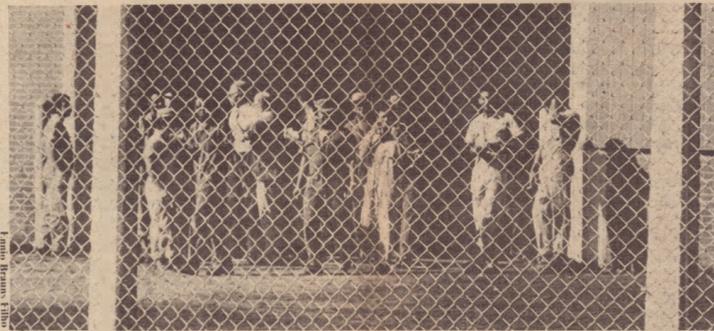


Foto: Humberto Talbot

Não basta disposição para greve

José Pedro da Silva, um dos líderes dos metalúrgicos de Osasco, avalia aqui, num depoimento, a greve da sua categoria bem como sua participação.

Gostaria de colocar como foi a nossa atuação na campanha salarial de 79, em Osasco. Eu acho importante esclarecer algumas dúvidas para o pessoal que, a nível local e mesmo a nível nacional, de certa forma espera alguma coisa de mim, pois há pessoas e tendências que estão jogando todo o peso dos erros cometidos na greve de Osasco, em cima das costas da gente. Numa linguagem bem baixa, os meus detratores chegam a me chamar de traidor da classe operária e o fazem misturando coisas, como quando afirmam que o recuo da greve de Osasco se deu por causa do Partido dos Trabalhadores, quando isto não poderia ter acontecido simplesmente porque, embora tendo assumido o PT, ainda não conseguimos formar o núcleo de Osasco, estamos lutando para formá-lo ainda.

A greve de 1978

A avaliação que temos que fazer da greve de Osasco não pode tomá-la como um fato isolado, ela tem que ser vista dentro do contexto da luta que os trabalhadores vêm desenvolvendo no Brasil ultimamente. Saímos de uma campanha salarial em 1978, quando os trabalhadores foram em massa para a greve e foram traídos pelas manobras do pelego Joaquim, de São Paulo, com o movimento totalmente desarticulado porque as oposições, débeis política e organizativamente, não tiveram como pegar o remo do barco. Naquele momento muita gente colocava que houve uma derrota no plano econômico, mas uma vitória no plano político, quando para nós, em Osasco, essa vitória não existiu e isto é uma das razões porque na campanha salarial deste ano a gente não conseguiu mobilizar os companheiros de base.

Uma outra dificuldade que enfrentamos na campanha foi o fato de a Oposição Sindical metalúrgica de Osasco, ser uma OS praticamente desempregada, são poucos os companheiros que estão trabalhando. Uma série de lideranças intermediárias desempregadas. Muitos que conseguiram emprego, conseguiram fora de base. Isso nos enfraqueceu demais. Não deu para fazerem um trabalho para desmistificar aquela situação criada pela derrota do ano passado e organizar os trabalhadores em grupos de fábrica. As divisões decorrentes da polêmica que houve no interior da oposição sindical, devido às diferenças existentes entre a maneira da gente trabalhar e a de outros companheiros, se refletia em trabalhos desunificados e agravava a situação.

No início da campanha salarial nós fazíamos esta avaliação, embora quanto à unidade da oposição devamos dizer que até o momento da aprovação do índice de 83% houve uma certa unidade no trabalho. A derrota do ano passado estava muito presente na cabeça dos trabalhadores. Quando foi chegando mais para o fim da campanha salarial e nós consultávamos o pessoal sobre se a fábricas deles paralisariam, uns diziam que parariam se viesse piquete e outros afirmavam que na sua fábrica não tinha condições de parar. Praticamente não havia, durante a campanha, uma fábrica que tivesse condições de parar totalmente por dentro.

Existe disposição de greve

No Brasil, a cada dia que passa, a situação do trabalhador está ficando cada vez pior, uma

miséria total. A disposição do trabalhador para ir a greve existe. Contudo a burguesia está fazendo tudo para barrar a organização desta arma eficaz dos trabalhadores que é a greve. Diante disto o papel das lideranças operárias é de, no dia em que sair greve, a greve tem que obter vitórias para a classe trabalhadora. A experiência do ano passado mostrou bem que quando os trabalhadores aderem a uma greve e depois são obrigados a pagar os dias de serviço eles resistem a aderir a um novo movimento. Esta é a preocupação da gente neste momento e durante esta recente campanha salarial faltou firmeza nesta questão, nós ficamos bastante vacilantes, pois se, por um lado nós tínhamos vontade de fazer greve e, isto eu estou dizendo sobre a situação de Osasco, por outro lado nós sentíamos que não existiam condições de a gente deflagrar uma greve com adesão dos trabalhadores.

Além disto faltou muito empenho por parte da diretoria do sindicato e este empenho desapareceu efetivamente, depois do dia em que eles apresentaram uma proposta de reajuste de 50% e foram derrotados na assembleia geral. Mas eu também acho que, na medida em que vamos avaliar um processo de greve a gente joga toda a culpa em cima da diretoria e não ver a nossa responsabilidade, já estamos errando. Houve muitas falhas por parte da oposição e se a diretoria segurou muito o processo de organização do movimento isto aconteceu também pela debilidade da oposição.

Erro de diretoria, e nós também

Mais ou menos no meio da campanha nós já sentíamos que não existiam condições para se sair para a greve. Isto tudo a partir dos dados que nós coletávamos em contatos com os companheiros das fábricas e não orientados pela avaliação que a diretoria fazia. É ilusão achar que esta situação poderia ser revertida durante o processo da campanha se não tínhamos nenhum trabalho de organização e conscientização da categoria já acumulado durante o ano.

Minha autocritica

A autocritica que eu faria é esta: não ter me colocado claramente contra a greve naquele momento, mostrando com base na avaliação que nós fazíamos que não dava para entrar em greve e que nós tínhamos que ter uma alternativa para encaminhar, logo depois da campanha de salários, um processo que levasse à paralisação das fábricas, aí pelo mês de março e abril do ano que vem, no mesmo processo que se fez no ano passado. Nós nos omitimos. Se tivéssemos falado contra a greve eu acredito que ela não teria saído. Este foi o nosso principal erro. Nós aceitamos críticas políticas, mas críticas políticas e não pichações, acusações. Estamos dispostos a discutir todas as críticas feitas por operários e por todos aqueles que visem ajudar o movimento operário, mesmo sendo jornalistas. Mas nós estamos dispostos a receber críticas de pessoas que não conhecem a realidade de Osasco e muito menos o trabalho da gente, ou melhor receber acusações de quem, além disto, tem uma linha política que, temos certeza, não está ajudando em nada o movimento operário brasileiro. Para o pessoal do jornal Trabalho ninguém presta e, não vai demorar o dia em que eles vão concluir que eles mesmos não prestam.



Quem está fazendo essa crítica à oposição sindical é nada menos que um partido que se diz um partido da classe operária, que se pretende um partido a favor do povo, que se diz um partido comunista mas cujo comitê central foi recebido nada mais nada menos que pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: um pelego, um traidor da classe operária, o interventor de 64 a 78, fraudador de eleições, dedo duro da polícia e que atualmente está em aliança com esse partido. Assim, antes de fazer uma crítica à oposição deveriam dar conta do que eles estão fazendo no movimento operário, qual foi a atitude deles durante a greve.

Para começar a atitude deles foi a de se mostrar como um grupo de sindicalistas que quer a ordem, quer a paz, quer a tranquilidade. Fizeram tudo para impedir a greve e quando viram que o movimento estava avançando ficaram de lado, ficaram omissos o tempo todo e só apareceram no palanque para tentar breca a greve e a resposta das assembleias sempre foi a de repúdio completo.

O mesmo partido de sempre

Queriam 50% de aumento enquanto o Delfim Neto falava que a inflação esse ano ia estar por volta de 70% a 72% - e evidentemente vai ser mais. Esse é o partido que está fazendo a crítica à oposição sindical. A preocupação principal deles foi a de se mostrarem amigos dos patrões, amigos do regime, amigos do governo, para conseguir em troca disso a legalização do PCB.

Essa atitude do PCB de conciliar com os patrões, de conciliar com o governo, com as ditaduras, não é nova. É só olhar a história e a gente vê que desde os anos 40 eles sempre tiveram a mesma atitude: enquanto tinha centenas de comunistas nas prisões de Getúlio Vargas, o partido tramava, via Luiz Carlos Prestes e outros dirigentes daquela época, uma aliança com a ditadura de Vargas para sustentá-lo no poder.

Então essa atitude do PC é velha e essa crítica que vem em cima da O.S., não é uma crítica que vem por acaso.

Dividir a categoria: quem?

Falam que a O.S. quis dividir a categoria. Nós não quisemos dividir a categoria, nós estivemos junto com a categoria, escutamos seus anseios, através de uma pesquisa que fizemos nas fábricas. Enquanto se reuniam 32 sindicatos em nome da "unidade sindical" e, juntos, eles decidiam que o índice a reivindicar era 50%, nós estávamos nas bases perguntando quanto queriam, quanto os operários dentro das fábricas achavam que tinham que reivindicar.

Enquanto nós estávamos em plena pesquisa aparece nos jornais, que 32 dirigentes sindicais tinham decidido sem mais nem menos, que o índice tinha que ser 50% com um mínimo de 3.000,00 de aumento e piso salarial de 6.000,00.

Até Delfim queria mais de 50%

O documento fala que o índice de 83% foi um duro golpe nas possibilidades de êxito da campanha. Ora, a gente sempre sabe que os índices que a gente reivindica não são os índices que a gente vai conseguir alcançar, mas são índices que mostram o que nós estamos

A volta do Partido da Ordem

Em resposta ao documento do PCB, onde ela é apontada como a culpada pelo "fracasso", a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo vem a público e responde.

precisando e o que os patrões têm o dever de nos dar. O documento diz que o índice era impossível. No Rio de Janeiro, foi o mesmo índice de 83% e não foi o índice que desmobilizou a categoria. O índice na pesquisa que foi feita a milhares de companheiros foi de 80% a 90% e a maioria falava em 83% porque era o índice que já estava no ouvido de muita gente devido a greve do Rio de Janeiro, dos bancários de Porto Alegre. E a Belgo Mineira chegou a obter 82%.

Em certo ponto o documento fala que as lideranças mais "consequentes e mais lúcidas" têm que assumir o destino da luta nas mãos. Essas lideranças "mais consequentes e mais lúcidas" ficaram indo nas fábricas depois que a categoria tinha rejeitado o índice da pretensa "unidade sindical" mentindo para a categoria e mandando lutar pelos 50% dizendo que 83% era loucura e que era impossível.

A gente pergunta porque o documento não questiona a posição dos patrões que se mostraram irreduzíveis. Na verdade, quem fez a greve foram eles que se mantiveram intransigentes desde o começo. Em relação à questão do MDB eles colocam que o sindicato deveria fazer a proposta que o MDB está levando de reajuste trimestral como previa o substitutivo do MDB, sem considerar que essa luta é uma luta antiga da oposição. Ao invés da luta, semeiam ilusões parlamentaristas.

Porque eles não foram eleitos?

A respeito das demissões é preciso deixar claro que não estão existindo essas demissões em massa. Até sexta-feira, nós tínhamos 406 companheiros, de 72 empresas, que tinham sido mandados embora sem direitos, o que não representa desemprego em massa.

Outra coisa que os "comunistas" esquecem é que se só a Oposição falou nas assembleias, isso é uma prova que eles não estão na categoria porque se eles estivessem teriam ganhado nos setores o direito a palavra. Como eles ficaram 15 anos com a cabeça enterrada no caso não sabem hoje defender as propostas da maioria. Os defensores dos 50%, e é assim que nós podemos identificar essas pessoas, foram rejeitados totalmente pela massa. Não foi apenas um bumbo que fez com que eles fossem rejeitados. A massa de hoje não é 64. Hoje ela é muito mais esperta, com muito mais experiência política.

Fala-se em agressão física por parte da O.S. Mas foi o Joaquim que organizou mais uma vez uma pancadaria em cima da oposição com barras de ferro e tudo o mais. Ninguém da oposição está a fim de usar esses métodos. Quem está usando a agressão física contra a gente são os defensores dos 50%, os pelegos e seus novos aliados.

A respeito da questão da greve e dos piquetes, que as fábricas só parariam se fosse através dos piquetes, nós respondemos que a mentira é a arma de quem não está com a classe operária. A verdade é que antes de começar a greve houve invasão das sub-sedes, para impedir os piquetes, para impedir qualquer coisa. Havia regiões em que não existiam piquetes programados e foram invadidas do mesmo jeito. Foram poucos os companheiros que puderam distribuir panfletos nas fábricas e mesmo assim houve

regiões onde a paralisação foi de 60%, 70%, no primeiro dia. Então não é verdade que a polícia foi chamada pelos piquetes. Outra coisa, o fato de falar que a única forma de parar as fábricas era o piquete é uma grande mentira: houve inúmeras fábricas que pararam sem piquete nenhum, até sem boletim nenhum. Evidentemente nessas fábricas não havia elementos que defendiam os 50%.

Quem está desanimado não é a classe

O documento fala que há na categoria um desalento, um desânimo generalizado. Ora isso pode haver realmente, para quem tinha outros objetivos para essa greve como legalizar o seu partido, dar segurança aos patrões e ao governo, para chegar à direção do sindicato, para dirigir a CNTI. Para esses pode haver desalento. Já nas fábricas, onde fomos na segunda feira após a greve, com alguns boletins, o ânimo geral era de orgulho, de altivez.

As vitórias políticas dessa greve, para a categoria, são muito reais, ao ponto de que, na greve do ano passado, se jogava a culpa do fracasso em cima do sindicato, em cima do juiz do jogo que roubou. Esse ano não, a classe já começou a perceber a coisa de forma diferente. A culpa da derrota foi a falta de uma maior organização da classe, foi a repressão muito violenta, a intransigência dos patrões que juraram não fazer nenhuma concessão prá que a greve de São Paulo não fosse um exemplo por aí fora. Foi o governo que fez força para que o projeto de lei que estava soltando não fosse derrubado, não fosse contestado por uma categoria tão importante como a dos metalúrgicos de S.P.

Porque a polícia foi aos comandos e não ao Sindicato?

Fala-se que havia pouca gente nas assembleias, e isso é verdade. O número de participantes era pouco. Não era como eles querem fazer crer mas era pouco, porque a classe estava desacreditada da direção desse Sindicato que no ano passado traiu a greve. Então foi difícil fazer confiar de novo em uma nova forma de direção. E o que a oposição tentou fazer foi formar os comandos. Onde realmente houve, se exercia a direção dessa greve, e esses comandos não eram comandos paralelos como os amigos dos 50% falam. Eram realmente a verdadeira direção sindical feita pelos próprios operários, autonomamente, nas suas bases, onde também podiam participar dirigentes sindicais, até seguidores dos 50%, desde que seguissem as determinações do comando.

Eram organismos unitários, autônomos, não dependentes do Ministério do Trabalho. E tanto era verdade, que o comando estava ali, que a polícia não entrou no Sindicato, mas eles foram invadir as sub-sedes onde estava a organização dessa greve. E onde estavam os defensores dos 50% e da diretoria do Sindicato frente essas invasões?

Se omitiram simplesmente, não falaram nada porque estavam muito satisfeitos com a intervenção policial para desmobilizar a greve.



ALN - A ação faz a vanguarda

A trajetória da Aliança Libertadora Nacional. Sua ruptura com o PCB. Suas propostas políticas e formas de organização. As ações e o ataque fatal da repressão. E, finalmente, a volta ao PCB.

Por Marco Aurélio Garcia

A história da Aliança Libertadora Nacional (ALN) está de tal forma ligada à personalidade de Carlos Marighela, que é difícil reconstituí-la sem levar em conta a trajetória daquele que foi seu fundador e principal dirigente. Esta maneira de enfocar o problema, de certa maneira sugerida pelo próprio Marighela e aceita quase sempre por seus seguidores, ainda que não isenta de um certo personalismo, tinha, e tem como virtude, permitir melhor pensar as relações existentes entre a ALN e o Partido Comunista Brasileiro (P.C.B.) do interior do qual ela iria emergir no período 1967/1968.

A complexidade destas relações pode ser medida através de vários elementos, cabendo sempre perguntar até que ponto a ALN havia representado — e se considerava ela própria — uma verdadeira ruptura em relação ao Partido. Pergunta que se fez mais atual na medida em que especialmente a partir de 1973 começa a se desenvolver no interior da Aliança um movimento de militantes em direção ao PCB, fluxo que se acelera um ano depois quando a organização passa “de facto” a inexistir enquanto tal.

Divergências

Para aqueles que viveram o processo de constituição da Aliança Libertadora Nacional, em 1967/68, a organização é fruto de um processo de discussão política que se vai progressivamente generalizando no Partido nos anos 60 e que se expressou, inclusive, em uma série de posições adotadas por Carlos Marighela no interior da Comissão Executiva do Comitê Central, instância à qual ele pertencia.

As dissonâncias na C.Ex. aparecem particularmente após a crise política provocada pela renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, quando o país ficara à beira de uma guerra civil. Marighela constata o despreparo da organização para enfrentar uma situação como aquela e tenta, ao mesmo tempo, articular uma crítica mais sistemática à forma pela qual o PCB equacionava estratégica e taticamente o período. Sua crítica tem duas direções fundamentais: por um lado ele fustiga as concepções do PC sobre a aliança com a burguesia nacional e, por outra parte, ele aponta para a subestimação do campesinato, num momento em que este setor da sociedade brasileira fazia uma ruidosa irrupção no cenário político, especialmente através da ação das Ligas Camponesas.

O que Marighela considerava como política de subordinação à burguesia nacional, não só fazia com que o Partido minimizasse as relações do campesinato com o proletariado urbano, como desnaturava a ação do partido no seio da classe operária. A consequência mais visível — segundo ele — era o privilégio dado ao trabalho de organização dos operários nas empresas estatais e não nas empresas capitalistas privadas.

Ainda que a história do PCB deste período esteja por ser escrita e sejam poucas as informações sobre o exato grau de divergência que aparecia no interior do CC e da Comissão Executiva, é evidentemente exagerado tentar estabelecer uma continuidade e coerência lineares entre o comportamento do Marighela dirigente da ALN e daquele comunista histórico que compartilhou com Prestes e outros a direção do Partido.

Os dissidentes do PC do B, que em fevereiro de 1962 formalizaram sua ruptura com o PCB (ou o “reconstruíram”, para ficarmos fiéis à sua retórica) apesar de reconhecerem que Marighela não foi dos mais furibundos na polêmica que sacudiu o Partido e de sublinharem que ele continuou a manter relações cordiais com os rupturistas mesmo depois da cisão insistem, no entanto, que, politicamente, ele assumiu total e convictamente a defesa das posições sustentadas por Prestes no conflito.



Ainda que possa parecer “psicologismo” não se deve ocultar que muitas das posturas adotadas por Marighela na direção, até mesmo depois de golpe, apareciam mais como o resultado de uma personalidade “forte” do que expressão de um comportamento divergente fundado em um projeto político claramente alternativo.

Com o golpe, no entanto, as atitudes pessoais de Marighela vão assumir, independentemente de suas intenções, uma constatação política mais expressa. A ruptura de 1967 aparece então como uma conclusão lógica de seu comportamento.

Já vimos nos capítulos dedicados à crise do PCB, a repercussão que teve sua resistência à prisão nos primeiros dias após o golpe e como ele capitaliza politicamente sua atitude descrita no livro *Porque resisti à prisão*, escrito e publicado sem autorização da direção do Partido, a qual ele integrava naquele momento. Ainda que não se demarcando em forma sistemática e expressa do Partido, Marighela lança sobre os dirigentes do PCB — muitas vezes em forma autocrítica — uma série de dardos. Alguns dos alvos prediletos são exatamente a posição frente à burguesia nacional, o desprezo do campesinato, o pacifismo e o esclerosamento do marxismo no Brasil.

O Grupamento

As coisas vão se precipitar, no entanto, quando da convocação do VI.º Congresso do PCB. As teses aprovadas para a discussão encontram uma forte, ainda que minoritária, resistência no Comitê Central e Marighela é um dos que as criticam mais fortemente, juntamente com Joaquim Câmara Ferreira — como Marighela membro do CC, e sediado em São Paulo — e outros — como Mario Alves, Gorender e Apolônio de Carvalho — que darão impulso à formação do PCB-R.

Os conflitos de Marighela com a direção se dão, igualmente, pela presença em São Paulo de um grupo que levanta teses de certa maneira precursoras das posições hoje conhecidas como “eurocomunista” e que, sem coincidir exatamente com as da maioria do CC, recebe deste um certo beneplácito.

A atividade contestatória, reforçada pela própria estrutura fechada do PCB, vai se delineando pouco a pouco como grupo

fracional, ainda que Marighela e a imensa maioria dos militantes do Comitê Regional de São Paulo que o segue não se coloquem ainda o problema de ruptura com o PCB. A partir de abril-maio 1967, no entanto, os militantes de São Paulo se identificam como Grupamento Comunista e Marighela, em particular, multiplicará a partir daí seus desafios à direção.

A Conferência da OLAS

O contencioso de Marighela com a direção do PC, que se havia agravado quando de sua renúncia à Comissão Executiva, formalizada em uma carta datada de 10 de dezembro de 1966, vai chegar a uma situação de ebulição quando de sua viagem a Havana, em agosto de 1967, para participar da reunião da Organização Latinoamericana de Solidariedade, a OLAS, a convite da direção do Partido Comunista Cubano.

Os tempos em Havana eram outros. A capital cubana havia se transformado não somente em um centro de organizações revolucionárias de todo o continente, e mesmo de outras áreas do mundo, como num núcleo da contestação da política da quase totalidade dos partidos comunistas da América Latina.

Em uma entrevista ao jornalista Pedro Lobaina, do vespertino cubano *Juventud Rebelde*, publicada na edição de 5 de agosto, Marighela confirma haver viajado a Cuba a convite do PCC e sem autorização do Partido Comunista Brasileiro. Vai mais longe ao declarar que “a direção do PCB não quer saber de revolução pois se estivesse interessada em realizá-la, teria mandado seus delegados à Conferência da OLAS, para participar dos debates e dar sua opinião.”



Mas na mesma entrevista ele negará estar impulsando uma fração no PCB. E acrescenta: “Não teria sentido fazer tal campanha divisionista, por quanto isso seria perder tempo. Aqueles que têm a convicção de que somente a luta armada é capaz de resolver os problemas brasileiros e de que a questão fundamental é de preparar-se para desencadear esta luta, jamais perderão tempo fundando um novo partido comunista. Também não estou expulso do Partido, como dizem os jornais brasileiros, nem tenho desejo de ser expulso por indisciplina.”

Doze dias depois, ele dirige ao CC do PCB uma carta na qual responde ao telegrama que a direção do partido havia enviado ao Comitê Central do Partido Comunista Cubano e que informava não estar Marighela representando o PCB na reunião da OLAS. Ainda que mantendo sua posição “de não formar um terceiro partido” os termos empregados por Marighela são bastante mais duros do que suas manifestações anteriores. Para ele, “quem domina o CC é um grupo de direita que se ramifica pelo país, como

acontece com a Guanabara, onde defende a tese da derrota pacífica da ditadura e se mantém nos cargos a poder de cambalachos, ainda que combatidos por dentro e por fora por companheiros e companheiras de honestidade revolucionária.”

Mais adiante, em sua carta, ele constata que falta ao CC “a condição mais importante para a liderança marxista-leninista, que é saber enfrentar e conduzir a luta ideológica”.

Ao anunciar seus projetos pessoais, no final da carta, ele delinea já um aspecto central de sua estratégia: “Para mim chegou o momento em que os esforços devem ser concentrados na área rural. O papel de uma direção proletária, marxista-leninista, pelo menos na América Latina, é estar no campo e não na cidade.”

Em outra carta, desta vez dirigida a Fidel Castro, após o término da Conferência da OLAS, Marighela manifesta seu ceticismo quanto às possibilidades de uma mudança no PCB, quando diz: “O CC promete resolver tudo num próximo congresso, interminavelmente adiado, onde tudo ficará na mesma, se vier a realizar-se, pois o fundamental é mudar a concepção ideológica, e isto a direção já provou que não quer. Para os revolucionários a alternativa é outra — é a luta armada — e não uma farsa para obrigá-los e submeter-se à ideologia da burguesia.”

Da expulsão à ALN

O Congresso não será “interminavelmente adiado”, no entanto. Em dezembro do mesmo ano ele se reúne. Todos os delegados contestadores já estão fora da reunião, o que permite ao PCB aprovar tranquilamente as teses propostas à discussão. Marighela, com outros dissidentes, é formalmente expulso do Partido.

Ele e seus partidários persistem, no entanto, na disposição de não criar um “outro partido comunista”. Em fevereiro de 1968, é lançado o jornal *O Guerrilheiro*, cujo editorial está assinado pelo Grupamento Comunista de São Paulo e no qual são expressas as novas concepções organizativas, como a que diz: “Nossa estratégia é partir para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda”.

Este princípio geral leva o Grupamento a negar todas as formas organizativas herdadas do PCB. Como diz o editorial, “O Comitê Estadual não tem mais razão de ser nem os seus órgãos subordinados”. E prossegue “Comitês intermediários, como os municipais e distritais, o Comitê Universitário e vários outros de setores profissionais já não têm porque existir, uma vez que faziam parte de uma estrutura superada (...) essencialmente em contradição com os objetivos revolucionários.”

Da mesma forma, o documento critica a existência de “comissões, seções auxiliares, tais como a seção sindical, assistentes etc, tudo isso são formas de organização que dão à estrutura partidária a configuração de uma cúpula pesada e ineficiente. E, mais do que isso, destinados a alimentar a burocracia, a entrar a ação revolucionária e a impedir a ação dos militantes de base. Não devem pois continuar existindo.”

A organização, segundo o editorial, se rege pela “democracia revolucionária, onde o que vale é a ação, o que se leva em conta é o interesse da revolução, onde a

iniciativa concreta é o dever fundamental." O documento enumera os três princípios pelos quais se guia a organização: "o primeiro é que o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários; o terceiro é que só temos compromissos com a revolução."

As posições do Grupamento defendidas em fevereiro de 1968, para muitos a data em que surge a ALN, fundada em vagos princípios, como os anteriormente enunciados, introduzem um clima de instabilidade orgânica, que, de certa maneira marcará toda a história da organização.

"O fundamental para lutar é contar com grupos revolucionários", diz o jornal *O Guerrilheiro*. A "autonomia tática" destes grupos é erigido em um princípio básico. A sua multiplicidade e a diversidade de suas iniciativas deveria encontrar um denominador comum num projeto estratégico central. Mas a coordenação e mesmo explicitação deste projeto se faz difícil na medida em que a organização não se dota formalmente de uma direção. Formalmente, porque na realidade o peso de Marighela e, em menor medida de Câmara Ferreira (o Toledo) são de tal ordem que é através deles que se dá a verdadeira centralização que a organização buscava obter pela implementação das tarefas estratégicas.

A estrutura

Esta genérica concepção organizacional leva a constituição prática da seguinte estrutura: um setor tático, composto da frente de massas, da frente logística e dos grupos táticos armados, e um setor estratégico, integrado pela "área estratégica", na qual deveria situar-se a atividade guerrilheira e a zona de treinamento, que na prática se situou fora do país, mais particularmente em Cuba.

A concepção que preside esta divisão é no entanto de que todas elas devem desempenhar ações armadas, seja os grupos táticos armados, cuja atividade se resume nisto praticamente, seja os núcleos da frente de massas.

A estratégia militar

O pleno esclarecimento da concepção organizativa da ALN, expressa ou subjacente, só pode se dar a partir de algumas considerações sobre a concepção da luta armada que a organização propugnava.

Muito se tem escrito sobre o "foquismo" da ALN e, em particular, sobre a filiação das idéias de Marighela, especialmente em relação aos textos de Régis Debray.

Em entrevista publicada pela revista francesa *Front*, ele diz que algumas de suas idéias "me foram úteis", mas afirma estar "em desacordo" quanto à tese de foco insurrecional.

Diferente da idéia de Guevara-Debray, que enfatiza os aspectos militares da guerrilha, secundarizando os problemas de sua base social, pelo menos, no momento de sua implantação, Marighela propugna ações contra os grandes latifúndios e estrangeiros, e sequestro e a execução dos que "perseguem e exploram camponeses". Como afirma em sua entrevista à revista *Front*: "Desorganizaremos a economia rural mas não defenderemos zona alguma, território algum. Defender é acabar sendo derrotado. É preciso que sempre, em toda a parte, como na guerrilha urbana, tenhamos a iniciativa. (...) Um outro ponto importante é a mobilidade; é essencial para escapar ao cerco e à repressão, portanto, para guardar a iniciativa."

Há, no entanto, um elemento comum entre as posições de Marighela e as de Guevara-Debray, mais além da forma distinta que assume num e noutro

esquema a luta guerrilheira: todos eles partem da tese, enunciada centralmente pelo "Che" de que, no fundamental, as condições objetivas estão reunidas para a luta armada e que tudo passa então pela constituição de "condições subjetivas", isto é a guerrilha móvel — "foco" ou não — para o êxito da luta revolucionária. Há, pois, a incidência desta matriz catastrofista que, mais do que qualquer detalhe formal, está na base mesma de uma concepção dominante na América Latina nos anos sessenta e que representava a resposta empírica e dramática a décadas de pacifismo e cretinismo parlamentar por parte das esquerdas tradicionais, práticas que as classes dominantes não hesitavam em abandonar.

A prioridade do urbano

Mas a guerrilha rural que a ALN defendia não chega nunca a se constituir, como Marighela havia anunciado, pouco antes de sua morte, na carta de despedida aos 15 militantes trocados pelo embaixador Burke Elbrick.

O projeto estratégico não se realizando, a ALN não consegue se dotar, pelo menos enquanto Marighela estava vivo, de uma direção formal, uma vez que esta deveria estar vinculada à tarefa estratégica isto é à guerrilha rural. É somente em janeiro de 1970, após o assassinato do dirigente da ALN, que seu sucessor, Câmara Ferreira, começará a estruturar uma direção. Mas esta direção, por sua vez, somente assumirá o efetivo controle da organização, após outubro de 70, quando Toledo cai num ponto em São Paulo e é morto sob tortura pelos agentes da repressão dirigidos pelo delegado

Sérgio Fleury



O assassinato em 69

A ênfase que Toledo dá ao trabalho de montagem de uma direção, no entanto, preserva *in totum* a idéia de implementação da guerrilha. Mais, ainda, Toledo acelera a formação desta direção para deixar uma parte dela nas cidades, uma vez que deveria deslocar-se para uma zona rural. É na preparação da "área estratégica" que ele cairá. Um emissário, de seus companheiros que preparavam a guerrilha no Pará, cujo nome de guerra era Zeferino, é preso pela polícia em São Paulo e a conduz até o encontro que tinha previamente fixado com Câmara Ferreira. A ALN enfrenta, em menos de um ano, uma segunda grave crise. Seus projetos estratégicos ficarão definitivamente comprometidos e a direção que assume e que, com algumas modificações permanece até 1974, quando a organização praticamente deixa de existir, terá como tarefa central administrar uma grave crise interna, da qual não estão excluídas as crises como a da Tendência Leninista e a do "grupo primavera", em realidade chamado Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) — deserções ou mesmo a execução de um de seus dirigentes pelos próprios companheiros (ver box).

A prioridade da luta urbana — negada na teoria — acaba por consagrar-se na prática. Ela colocava, no entanto, mais de um problema para a direção, sendo responsável por uma certa diferenciação — para muitos uma "divergência" — entre Marighela e Toledo.

O primeiro, sempre enfatizando a guerrilha rural (que o segundo também

defendia e tentou mesmo criar) não só tinha reticências às ações urbanas, como, segundo alguns que com ele privaram na época, propunha uma redução destas e mostrava-se mesmo contrário à uma série de iniciativas levadas adiante por outras organizações, em especial pela Vanguarda Popular Revolucionária. Marighela teria mesmo ficado profundamente preocupado com a ação do quartel de Quitaúna, quando o capitão Carlos Lamarca então na VPR, abandonou o Exército com outros companheiros seus levando um apreciável número de armas.

Alguns testemunhos afirmam que Marighela não sabia da ação conjunta que a ALN realizou com a dissidência da Guanabara de sequestro do embaixador norte-americano e que teve a participação direta de Câmara Ferreira e foi mesmo dirigida militarmente por um militante de sua organização. Outros vão mais longe, afirmando que Marighela teria se oposto ao sequestro, se soubesse, na medida em que considerava naquele momento a necessidade de um recuo na ofensiva urbana.

Certo ou não, esta orientação não será seguida, no entanto, após sua morte. Toledo opta por uma política ofensiva no plano militar urbano, sob o argumento de que era importante "manter a chama da luta armada", num momento em que se apertava o cerco da ditadura. Dentro desta concepção ele impulsionará — o que Marighela havia resistido — uma aproximação com outros grupos, dando nascimento ao que se conheceu como "Frente Armada", responsável por uma série de ações de certa monta em 1970.

O essencial do raciocínio de Câmara Ferreira reproduz a velha matriz foquista — "as condições objetivas" ainda subsistem favoravelmente à luta armada. Ele fala na existência de "reservas muito grandes", mas em seu discurso não aparece claro se estas reservas são reais e passíveis de uma pronta mobilização, ou se elas são latentes. Não esqueçamos que isto tudo é dito em 1970, no apogeu do "milagre"...

A volta ao PC

Uma direção inexperiente e sem condições de resolver o grave problema de dispersão que começara com a morte de Marighela e se acentua com a de Toledo. Incapaz, ademais, de sequer estabelecer um contato com a "área estratégica" e, portanto, de conduzir o

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA
DA ESQUERDA BRASILEIRA
1960 - 1979



que era a tarefa central da organização. Dificultada na sua missão de dirigir uma ALN que havia teoricamente prescindido de uma direção mas que, na prática, combinara a espontaneidade centrífuga de seus grupos táticos com a centralização ideológica que o carisma indiscutível de Marighela e posteriormente de Câmara Ferreira provocavam.

A tudo isto deve ser acrescentado a natureza mesma da ruptura operada com o PC. Não é a instituição PCB que é submetida à crítica. Suas concepções são pouco tocadas. Tudo aparece como se fosse um problema de métodos de direção, de usurpação desta por um grupo, de ineficácia, de acomodamento e passividade. As origens mais profundas do que o PCB era política e organicamente ficaram soterradas pelo ímpeto de militantes generosos para os quais o fundamental era a ação e seria esta quem resolveria os impasses que muitos pretendiam destrinchar nos gabinetes.

Se esta euforia pôde dar a ALN a força indiscutível e a gravitação mesmo internacional que ela teve em seus primeiros anos — amparada em grande medida pela forte personalidade de Carlos Marighela — ela não foi capaz de coesioná-la e aprofundar sua elaboração política, garantindo uma prática coerente, quando os golpes da repressão se fizeram duros atingindo os melhores de seus militantes e em especial aquele que desempenhava dentro da organização as funções de um farol.

A despeito da reconversão que se esboça para um trabalho de massas nos anos 73-74 e que estimula um processo de discussão interna, a multiplicação de jornais e a tentativa de uma conformação orgânica mais estável, a organização não resiste. A repressão continuada, o desgaste mesmo psicológico de dirigentes e militantes desesperanzados, as deserções, as ilusões perdidas, enfim, selam a sorte da organização.

A ALN desaparece como havia surgido: sem formalidades. Seus militantes voltam para o PC de onde provinham. Um PC que tentava renascer não só de seus escombros políticos, mas das cinzas de uma geração de militantes e de organizações.

No declínio, fracionismo e «execução»

Após a morte de Joaquim Câmara Ferreira, em outubro 1970, e a formação da que seria praticamente a primeira direção coletiva da ALN, a organização enfrenta um de seus mais dramáticos momentos que culminará com a "execução" de um dos seus dirigentes, Márcio Toledo, por decisão da própria direção.

Márcio, antes mesmo da morte de Câmara Ferreira, já havia defendido algumas posições próximas das do PC, propondo entre outras coisas uma reavaliação do papel da burguesia nacional no processo revolucionário. Ele aprofunda esta posição após a morte de Câmara Ferreira, defendendo uma volta às posições do PCB. A organização e o próprio Márcio propõem sua saída. A direção julga problemática esta fórmula, tendo em vista que Márcio controlava um grande número de informações "estratégicas" e decide simplesmente eliminá-lo. Segundo algumas versões, ele é atraído para um ponto no qual supostamente lhe seriam dados documentos para sair do país e é abatido por um comando da ALN.

Este assassinato político, que a organização reivindicou como "justiçamento" é uma das

trágicas manifestações de um período de declínio da esquerda armada brasileira e permitiu às classes dominantes, eufóricas com seus êxitos econômicos e policiais, tirar mais partido de sua política de cerco e aniquilamento da esquerda.

Dentro deste clima não é surpreendente o surgimento decisões na ALN. Um grupo que se encontrava em treinamento em Cuba — e que usava o nome código de "Primavera" se opõe às teses oficiais e termina por se constituir no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), a grande parte destes militantes, um total de 28, é morta pouco depois de entrar no Brasil.

Mais tarde, forma-se ainda no exterior, a Tendência Leninista da ALN.

Centrando sua crítica na fluidez organizativa, na concepção do trabalho de massas e propondo um modelo alternativo mais clássico, como o próprio nome sugere, a Tendência Leninista não chegou a ter existência real no Brasil. Seus militantes na sua quase totalidade ingressam, mais tarde, no Partido Comunista brasileiro. (MAG)



Centenário do nascimento de Trotsky

A Dissolução da IIIª Internacional

Tal é a ironia da história: nascida em 1919 de um programa de revolução mundial, morria em 1943 defendendo a "fraternal colaboração" do Estado soviético com os países capitalistas "amantes da liberdade".

Por Fernando Claudin

Ao deixar-nos, o camarada Lenin recomendou-nos fidelidade aos princípios da Internacional Comunista. Te juramos, camarada Lenin, que não pouparemos nossa vida para consolidar e estender a união dos trabalhadores do mundo inteiro: a Internacional Comunista! Stalin, 1924.

A 10 de junho de 1943, a Internacional Comunista deixou de existir enquanto "centro dirigente do movimento operário internacional". Na resolução do presidium do comitê executivo da IC que deu origem a esta decisão histórica não se estatua nenhuma outra forma de vinculação internacional entre os partidos comunistas. Nem se fazia a menor alusão sobre a possibilidade de estabelecê-la no futuro. (ver box)

No entanto, os marxistas jamais haviam colocado em dúvida a necessidade para o internacionalismo proletário de se encarnar objetivamente em uma forma concreta de organização. Por outro lado, Lenin e seus contemporâneos consideravam que a necessidade de uma organização revolucionária internacional era particularmente imperiosa em tempo de guerra, quando as contradições sociais se exacerbam e a possibilidade de uma saída revolucionária se coloca na ordem do dia. A estrutura original da IC foi concebida precisamente para impedir a repetição do que ocorrera em 1914:

A estrutura original da IC foi concebida precisamente para impedir a repetição do que ocorrera em 1914: a IIIª Internacional não se desmoronaria, como a IIª, na hora da verdade.

a IIIª Internacional não se desmoronaria, como a IIª, na hora da verdade.

E a hora da verdade havia chegado. O proletariado internacional afrontava um combate cujas dimensões mundiais não tinham precedente na história do movimento operário. Por outro lado, a guerra — sobretudo a partir do ataque alemão contra URSS — não se ajustava a nenhum dos modelos meticulosamente elaborados pela IC; apresentava traços novos, originais. Vista sob o ângulo dos princípios tradicionais da IC, esta situação acentuava ainda mais a necessidade de um centro que assegurasse a direção estratégica e tática do proletariado mundial, tanto durante a guerra quanto no momento da vitória. Pois é exatamente quando o "exército do proletariado internacional" está empenhado no mais duro combate contra o imperialismo fascista e açodado pelas segundas intenções do outro setor do imperialismo, aliado circunstancial da URSS, que o "Estado-Maior" da revolução mundial decide... dissolver-se:

O que ocorrerá?
Assim como todos aqueles que estudaram criticamente a questão, a conclusão a que cheguei, e que tentarei mais uma vez demonstrar é a seguinte: na primavera de 1943 a IC foi subitamente liquidada sob a ordem de Stalin para facilitar as negociações com Roosevelt e Churchill, cujo objetivo era, não apenas o de assegurar a derrota da Alemanha, mas também a partilha do mundo entre "os três grandes".

Essa realidade foi dissimulada aos comunistas na resolução do presidium do comitê executivo da IC sob uma argumentação especiosa, segundo a qual a dissolução respondia aos interesses fundamentais do proletariado internacional. (ver box)

A IC foi subitamente liquidada sob a ordem de Stalin para facilitar as negociações com Roosevelt e Churchill cujo objetivo era, não apenas o de assegurar a derrota da Alemanha, mas também a partilha do mundo entre os "três grandes"

Fernando claudin, comunista desde 1933, foi membro do PC espanhol, onde participou dos seus principais órgãos de direção, até o ano de 1956. Naquele ano, no curso de uma luta interna já previamente destinada a aquele desenlace foi expulso do partido junto com Jorge Semprun, o Federico Sanchez. No Brasil, ao contrário da obra de Semprun, a de Claudin permanece ainda inédita, conhecida apenas pelos poucos privilegiados que tiveram acesso ao "La crisis del movimiento comunista", da "Rueda Ibérica".

No centenário de Trotsky, quando publicamos uma retrospectiva da história das internacionais, não poderíamos deixar de lado a enorme contribuição de Claudin para a compreensão de um dos períodos mais sinistros da história do movimento comunista: aquele que vai da morte de Lenin aos anos do imediato pós-guerra. Claudin inscreve-se hoje na corrente que, à falta de nome melhor, denomina-se "eurocomunista

de esquerda". Sua obra encerra uma contradição: se por um lado busca as raízes da crise do comunismo atual nos próprios pressupostos teóricos e políticos do leninismo, por outro, estabelece uma distinção radical entre Lenin e seus epígonos stalinistas. E, toda a parte de investigação histórica que ele faz magistralmente em seu livro, transforma-se em arma poderosa nas mãos dos que se reivindicam do leninismo enquanto marxismo revolucionário, para fundamentar suas teses.

Publicamos aqui um resumo do primeiro capítulo do seu livro e que diz respeito à dissolução da Internacional Comunista. Mesmo que, infelizmente, por razões de espaço, tal resumo não guarde a riqueza do original, conserva no entanto sua contundência. Esperamos assim estar prestando um serviço para todos aqueles que pretendem superar a crise política de seu tempo. Os gritos são do autor.

(Virginia Pinheiro)



Stalin com Roosevelt e Churchill em Teerã, 1943

Como se sabe, as questões de "procedimento" são muitas vezes reveladoras, particularmente em política. A primeira vista, o procedimento seguido para a dissolução (ver box ponto 6) foi tão democrático quanto as circunstâncias permitiam. No dia 10 de junho de 43, com base nas respostas favoráveis de 28 seções da Internacional (entre as quais "as mais importantes", especifica o documento de então, o Comitê Executivo da IC declara a organização oficialmente dissolvida, embora 48 seções (2/3) "não tenham podido pronunciar-se". Por outro lado, a metade das seções que se pronunciaram a favor (14), exatamente "as mais importantes", encontravam-se naquele momento na clandestinidade em países fascistas ou sob a ocupação fascista. Como puderam responder à consulta do C.E. num espaço de tempo tão curto? A "resposta" se explica, em quase todos os casos, pelo fato de que certos quadros dirigentes de tais seções encontravam-se refugiados em Moscou. Sem nenhuma dúvida, foram eles que aprovaram a dissolução em nome de seus partidos.

Outro fato significativo: a Resolução de 15 de maio foi tornada pública imediatamente a ponto do governo britânico ter saudado a iniciativa. E em 28 de maio, vários dias antes do recolhimento das respostas pelo C.E., Stalin concede uma entrevista para a agência Reuter em Moscou na qual ele fala da dissolução da IC como de uma coisa definitivamente conquistada. Isto é, a consulta às seções da Internacional não passava de um simples artifício para salvar as aparências.

Por outro lado, o fato revela que a liquidação da IC era uma questão urgente. No entanto, após a vitória soviética em Stalingrado e a derrota do Eixo na África do Norte, a perspectiva da vitória dos aliados estava praticamente assegurada. Então, que motivos impediam que se esperasse o final da guerra para que os partidos comunistas examinassem em seus congressos um problema tão importante quanto o da dissolução de sua

Considerando-se que naquele momento a maior parte das seções da IC encontravam-se na clandestinidade, a rapidez da resposta à consulta do Comitê Executivo da Internacional para dissolvê-la indica que foram os dirigentes de tais seções refugiados em Moscou que a aprovaram.

organização internacional, que além do mais exigia estatutariamente esse procedimento?

Se a Resolução do C.E. não esclarece em nada a questão, a mencionada entrevista de Stalin dá a chave para se desvendarem o mistério:

"A dissolução da IC é sábia e oportuna, diz ele, porque facilita a organização do assalto comum de todos os povos amantes da liberdade contra o inimigo comum: o hitlerismo. É sábia porque:

a) Evidencia a mentira dos hitlerianos, que afirmam que 'Moscou trata de imiscuir-se na vida de outras nações para bolchevizá-las'. Agora se pôs fim a esta calúnia.

b) Evidencia a calúnia dos adversários do comunismo dentro do movimento operário, que afirmam que os partidos comunistas nos diversos países atuam não

no interesse de seus povos, mas sob ordens exteriores. A esta calúnia também se pôs fim.

c) Facilita a atividade dos patriotas nos países amantes da liberdade para unir as forças progressistas de seus respectivos países, sem distinção de partidos nem de credos religiosos, em um campo único de libertação nacional para desenvolver a luta contra o fascismo.

d) Facilita a atividade dos patriotas de todos os países para unir todos os povos amantes da liberdade num só campo internacional de luta contra a ameaça de dominação do mundo pelo hitlerismo, abrindo assim o caminho para a futura organização da colaboração fraternal das nações, baseadas em sua igualdade.

Eu creio que todas essas circunstâncias, consideradas em seu conjunto, darão como resultado o fortalecimento ulterior da Frente Unica dos Aliados e demais Nações Unidas, em sua vitória sobre a tirania hitleriana. Parece-me que a dissolução da IC é perfeitamente oportuna porque, precisamente agora, quando a fera fascista esgota as últimas energias, é necessário organizar o assalto comum dos países amantes da liberdade para acabar com ela e libertar os povos da opressão fascista."

O significado exato dessas fórmulas está perfeitamente explicado no livro do presidente "vitalício" do PC dos EUA, William Foster: "História das 3 Internacionais". Foster foi, desde 1935, membro do presidium do C.E. da Internacional Comunista, onde sempre se distin-

Em 20 de dezembro de 1942, o New York Times escrevia que as especulações de Goebbels sobre o perigo vermelho tinha sentido "enquanto subsistisse uma IC inspirada pela ideologia trotskista da revolução mundial".

guiu por sua total identificação com as posições dos dirigentes soviéticos. Seu livro não escapa a esta sua característica e exatamente porisso a passagem que transcrevemos agora tem um grande interesse: "É significativo, escreve ele, que a decisão histórica da dissolução do Komintern tenha sido adotada no momento mais agudo da luta pela criação de um segundo front na Europa. Este front era absolutamente necessário para se levar a uma vitória rápida e decisiva. Mas os elementos ocidentais reacionários o freavam valendo-se das especulações de Goebbels sobre o Komintern. Não existe a menor dúvida de que a impressão favorável junto à burguesia mundial, causada pela dissolução do Komintern, jogou um papel decisivo na superação do círculo vicioso que estava criado. Pouco depois teve lugar a famosa conferência de Teerã, onde finalmente foi fixada a data de abertura do 2.º front."

O círculo vicioso a que Foster se refere era o seguinte:

A IC não havia abolido formalmente seu programa de "revolução mundial"; adormecido durante a época das frentes populares, ele fora novamente agitado pela IC no período do pacto germano-soviético, e, precisamente contra os atuais aliados da URSS. A "burguesia mundial", portanto, continuava levando esse programa a sério. Em 20 de dezembro de 1942, o New York Times escrevia que as especulações de Goebbels sobre o perigo vermelho tinham sentido "enquanto subsistisse uma IC inspirada pela ideologia trotskista da revolução mundial". E o vice-presidente dos EUA, Henry Wallace, especulando sobre as futuras relações entre a URSS e seus aliados ocidentais, declarava em 9 de março de 43: "a guerra seria inevitável se a Rússia adotasse novamente a idéia trotskista de fomentar a revolução mundial".

Os motivos da urgência da dissolução da IC ficam agora claros. Mesmo se existissem outras razões para dissolvê-la, o momento escolhido para fazê-lo foi plenamente determinado pela necessidade urgente de dar "garantias" aos Estados capitalistas no que concernia aos objetivos políticos da URSS. E ao fim das contas o elemento decisivo para se resolver a questão não era o que os comunistas pensavam a respeito dela, mas sim o que pensava Roosevelt e Churchill, a "burguesia mundial", como dizia Foster.



Centenário do nascimento de Trotski

Pouco tempo depois de dissolvida a IC, a "Internacional" é suprimida enquanto hino oficial do Estado Soviético e substituída por um hino à Grande Rússia.

Registremos de passagem — sem estender-nos em detalhes que nos afastariam de nosso tema — que a dissolução da IC aparece sincronizada com um conjunto de medidas que vão todas na mesma direção. Pouco tempo depois Stalin recebe o metropolitano Sergius, chefe da igreja ortodoxa russa, e ao final de uma longa e amistosa entrevista resolve restaurar o Santo Sinodo. Simultaneamente, a "Internacional" é suprimida enquanto hino oficial do Estado Soviético e substituída por um hino à Grande Rússia. E em 10 de maio, cinco dias antes da data oficial da resolução que dissolve a IC, se celebra em Moscou um congresso paneslavo presidido por Dimitrov. Simbólico!

Isto posto, perguntamos: até que ponto a dissolução da IC representava de fato uma boa cartada na grande negociação diplomática se ela, segundo os argumentos de Stalin transcritos acima, não modificava nada? Ao contrário, se limitava a "suprimir" algo que não passava de "calúnia", isto é, algo que não existia? A resposta consiste em que a dissolução da IC não colocava fim a uma "calúnia" mas a uma realidade, aquilo que a Internacional havia de fato sido com seus erros e seus acertos. Tanto que, a própria resolução do C.E. se encarregava de desmentir as afirmações de Stalin ao declarar que a IC se dissolvia "para por fim ao método que consiste em querer resolver os problemas do movimento operário de cada país a partir de um centro mundial". Ao reduzir tranquilamente 25 anos de história a uma simples

"calúnia" é possível que Stalin estivesse apenas usando um recurso para dissimular aos comunistas e às massas trabalhadoras a significação profunda da concessão que ele estava fazendo aos chefes do capitalismo mundial. Apresentada como ele a apresentou, a dissolução da IC poderia ser interpretada pelos comunistas como uma astúcia de guerra. E assim foi. A sacralização de Stalin — já aureolada pela glória da batalha de Stalingrado — e que a IC havia sistematicamente cultivado, tornava muito difícil aos comunistas uma leitura crítica da declaração do 28 de maio.

Ainda assim, é evidente que a simples dissolução da IC não poderia ser suficiente aos políticos experimentados do imperialismo que sabiam que o laço entre o "centro soviético" e os partidos comunistas de cada país continuaria existindo, mesmo sem a IC.

A resolução do presidium, com efeito, não se limita apenas a dissolver a Internacional: ela formula toda uma orientação política, esta sim, capaz de satisfazer aos Estados capitalistas aliados. Não porque ela representasse uma garantia infalível contra a revolução — mesmo se quisessem, os partidos comunistas não poderiam oferecer tal garantia — mas porque ela deixava aos partidos burgueses uma larga margem de manobra para prevenir os perigos. Os acontecimentos posteriores demonstraram que eles souberam utilizá-la inteligentemente.

União antifascista "sem distinção de partido e de religião" (Ver box ponto 4) tal é a expressão genérica da tática que a IC, ao desaparecer, prescrevia aos PCs e ao proletariado em geral.

No que concerne aos Estados aliados da URSS ela dizia que "o dever sagrado" dos comunistas era, o de "apoiar por todos os meios os esforços militares dos governos desses países" e de agir "nos marcos de seu Estado." Em relação aos países do Eixo ou ocupados por ele as tarefas dos comunistas se limitavam a contribuir para a derrota desses governos. Nenhuma palavra sobre o capitalismo alemão e italiano, principal promotor da política agressiva desses países (Ver box ponto 4). Em ambos os casos, trata-se de uma diretiva tática destinada claramente a conter a luta antifascista

nos marcos da democracia burguesa. Pode-se objetar que a perspectiva da transformação da luta antifascista em revolução socialista poderia continuar subsistindo na intenção oculta dos PCs. Mas mesmo que assim fosse, o problema não muda substancialmente. A revolução só pode ser preparada mediante uma ação ideológica e política aberta que formule claramente seus objetivos, métodos, etc.

A profunda relação entre o testamento político da IC e as exigências da negociação entre a URSS e seus aliados (tal como os dirigentes soviéticos as entendiam) se revela em outra particularidade da resolução do presidium: ela não contém nenhuma referência à luta de libertação dos povos das colônias e semi-colônias. Parte deles tratava, neste momento, de utilizar as dificuldades do imperialismo anglo-francês (e holandês) para romper as cadeias colonialistas. A IC silenciava prudentemente este combate para não inquietar os aliados da URSS. Outros, como o povo chinês, estavam empenhados na guerra de libertação contra o imperialismo japonês o qual, neste momento está em guerra com os EUA. A consideração anterior não valeria assim para os EUA. Porém, a URSS havia firmado, em 1941, um pacto de neutralidade e não agressão com o Japão, cuja vigência durará até o momento em que estando o imperialismo japonês já virtualmente vencido, a URSS lhe declare guerra com o objetivo de assegurar posições estratégicas no Extremo Oriente. Para não perturbar o pacto soviético-nipônico a solução de 43 guarda silêncio sobre a luta do PC chinês, que aliás não figurava "entre as seções mais importantes da IC".

É esta orientação política testamentária da IC que aparece tanto na Resolução do Presidium quanto nas declarações de Stalin, como capaz de "garantir a amizade recíproca das nações sobre a base da igualdade de direitos"; como capaz de abrir "caminho para a futura organização da colaboração fraternal das nações, baseada na igualdade". Assim, os dirigentes máximos do comunismo fomentavam nas massas a ilusão de que a igualdade e fraternidade entre as nações é compatível com a subsistência dos principais Estados Imperialistas; a ilusão de que estes Estados, pelo fato exclusivo de fazer a guerra contra seus rivais capitalistas ao lado do Estado soviético, se propunham a instaurar um mundo ideal. Os chefes do capitalismo saberão aproveitar este crédito moral que os chefes do comunismo lhes concediam assim como aproveitarão habilmente a margem de manobra que a limitação dos objetivos dos PCs aos marcos da democracia burguesa lhes proporcionava.

Certamente, os "aliados capitalistas" pagaram seu tributo. Para assegurar a vitória sobre seus competidores na exploração mundial tiveram que contribuir para a vitória do Estado nascido da revolução de outubro. A segunda grande repartição das "esferas de influência" no século XX implicou no reconhecimento pelos Estados capitalistas vencedores, do glaci europeu da URSS. Este glaci pressupunha a instauração no leste e sudeste europeu de regimes que oferecessem plenas garantias ao Estado soviético, o que era dificilmente compatível com a manutenção, nessa região, das estruturas capitalistas. A perspectiva de revolução socialista excluída do testamento da IC, se reintroduziria nesses países ao amparo da razão de Estado.

Há que se convir, no entanto, que o tributo pago pelos Estados capitalistas a seu circunstancial aliado "operário", ainda que não desprezível desde o ponto de vista do processo histórico da revolução mundial, tampouco era exorbitante, desde o ponto de vista dos interesses desses Estados. Em troca de



Resolução do Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista, de 15 de maio de 1943.

1. O papel histórico da Internacional Comunista, fundada em 1919 em consequência do fracasso político da aplastante maioria dos velhos partidos operários da pre-guerra, consistiu em defender a doutrina do marxismo contra sua adulteração e falsificação pelos elementos oportunistas do movimento operário; em ter contribuído para agrupar, numa série de países, a vanguarda dos operários avançados em autênticos partidos; em ajudar a estes a mobilizar as massas de trabalhadores para defender seus interesses econômicos e políticos, para lutar contra o fascismo e contra a guerra que este preparava, assim como para apoiar a URSS, baluarte fundamental contra o fascismo.

2. A IC desmascarou oportunamente o verdadeiro significado do "Pacto Anti-Komintern" como instrumento de preparação da guerra pelos hitlerianos. Desmascarou infatigavelmente, muito antes da guerra, o infame trabalho de sapa dos hitlerianos nos Estados estrangeiros, trabalho disfarçado sob sua campanha contra uma suposta ingerência internacional comunista nos assuntos internos desses Estados.

3. Mas, já muito antes da guerra era cada vez mais patente que à medida que se complicava a situação de cada país, tanto interna como internacionalmente, a solução dos problemas do movimento operário de cada país por qualquer centro internacional encontraria dificuldades insuperáveis. A profunda diversidade dos caminhos históricos do desenvolvimento dos diferentes países do mundo, o caráter distinto e inclusive contraditório de seus regimes sociais, a diferença de nível e ritmo de seu desenvolvimento social e político e, finalmente, a diversidade do grau de consciência e de organização dos operários, impuseram também tarefas diferentes à classe operária dos distintos países.(...)

4. A guerra mundial desencadeada pelos hitlerianos aprofundou ainda mais as diferenças na situação dos distintos países, traçou uma profunda linha divisória entre os países portadores da tirania hitleriana e os povos amantes da liberdade, agrupados na poderosa coalizão antihitleriana. Enquanto nos países do bloco hitleriano a tarefa fundamental dos operários, trabalhadores e de todas as pessoas honradas consiste em contribuir por todos os meios para a derrota deste bloco, socavando desde dentro a máquina de guerra hitleriana; coadjuvando para a derrota dos governos culpados da guerra, nos países da coalizão antihitleriana o dever sagrado das amplas massas populares e, principalmente, o dever sagrado dos operários de vanguarda, consiste em apoiar por todos os meios os esforços militares dos governos desses países para o mais rápido aniquilamento do

bloco hitleriano e para garantir a amizade recíproca das nações sobre a base da igualdade dos direitos.

Tampouco deve perder-se de vista que os diferentes países que compõem a coalizão antihitleriana tem também suas tarefas específicas. Assim, por exemplo, nos países ocupados pelos hitlerianos, que perderam sua independência estatal, a tarefa fundamental dos operários avançados consiste em desenvolver a luta armada, para que se transforme em guerra nacional de libertação contra a Alemanha hitleriana. Ao mesmo tempo, a guerra libertadora dos povos amantes da liberdade contra a tirania hitleriana, ao pôr em movimento as mais amplas massas populares que se unem sem distinção de partidos e crenças religiosas nas filas da poderosa coalizão antihitleriana, pôs de manifesto com a maior evidência que o auge geral nacional e a mobilização das massas para acelerar a vitória sobre o inimigo, podem ser realizados de maneira melhor e mais fecunda pela vanguarda do movimento operário de cada país dentro dos marcos de seu Estado.

5. O VIIº Congresso da IC, em 1935, tendo em conta as mudanças produzidas tanto na situação internacional como no movimento operário, mudanças que requeriam uma grande mobilidade e autonomia de suas seções para resolver as tarefas colocadas diante delas, já sublinhou a necessidade de que o Comitê Executivo da IC, ao solucionar todos os problemas do movimento operário, "se baseasse nas condições e particularidades concretas de cada país, evitando, como regra geral, imiscuir-se diretamente nos assuntos orgânicos internos dos partidos comunistas". Estas mesmas considerações foram as que moveram a IC a aprovar, uma vez conhecida, a resolução adotada pelo PC dos EUA em novembro de 1940 sobre sua saída das filas da IC. (...)

6. Partindo das considerações citadas e tendo em conta o crescimento e a maturidade política dos partidos comunistas e de seus quadros dirigentes nos diversos países, e considerando ademais que durante a guerra atual uma série de seções colocaram a questão da dissolução da IC, o Presidium do C.E. da IC, impossibilitado, em consequência da guerra mundial de convocar um congresso internacional, se permitiu submeter à aprovação das seções da IC a proposta seguinte: dissolver a IC como centro dirigente do movimento operário internacional e liberar as seções da IC das obrigações derivadas dos estatutos e resoluções dos Congressos da IC.

Assinam: Dimitrov, Ercoli, Florin, Gottwald, Kolarov, Koplening, Kusin, Manuilski, Marty, Pieck, Zdanov, Thorez.

Em troca de aplastar seus rivais capitalistas e de obter garantias contra a revolução no ocidente europeu desenvolvido, Roosevelt e Churchill aceitavam a consolidação do Estado Soviético e a liquidação do capitalismo na zona mais atrasada da Europa.

aplastar seus rivais capitalistas e de obter garantias contra a revolução no ocidente europeu industrialmente desenvolvido, aceitavam a consolidação do Estado Soviético e a liquidação do capitalismo na zona mais atrasada da Europa.

Os acontecimentos se encarregaram de demonstrar que as garantias contra o desdobramento revolucionário da luta antifascista dadas por Stalin a seus aliados, atuaram eficazmente ali onde deviam atuar. Na França e na Itália a situação interna, durante a última fase da guerra e ao seu término, era sem dúvida mais desfavorável para a burguesia do que na maioria dos países do leste. Os PCs dispunham de enorme influência e dentro da social-democracia existia uma importante ala esquerda. Mas tais partidos souberam levar prudentemente em conta o "fator externo". Na Grécia, onde a situação era francamente revolucionária, o PC que não observou a mesma prudência, foi violentamente esmagado pelos "aliados" sob o silêncio da URSS. O "fator externo" era o compromisso entre Stalin, Roosevelt e Churchill sob as bênçãos de um único Deus verdadeiro: a razão de Estado.

Em aras desse compromisso foi liquidada e utilizada a Internacional Comunista. Liquidada, para demonstrar que a URSS renunciava a "estimular" a revolução nos centros vitais do capitalismo; utilizada, para dar forma positiva a essa renúncia, para preparar política e ideologicamente os comunistas e o proletariado europeu a aceitarem esse compromisso. Tal é a ironia da história. Criada em 1919, "com o fim de organizar a ação conjunta do proletariado dos diversos países para um mesmo fim: derrubada do capitalismo, instauração da ditadura do proletariado e a república internacional dos soviets...", a IC se auto-dissolvia em 1943 para facilitar a ação conjunta da I.ª república soviética com os Estados capitalistas que haviam organizado a intervenção armada para aplastá-la em seu nascedouro. Nascida com um programa de revolução mundial a curto prazo, morria 25 anos depois, postulando um horizonte de fraternal colaboração do Estado soviético com os países capitalistas "amantes da liberdade".

A seguir:

Trotski — Da Oposição Internacional de Esquerda à IVª Internacional.



Que dizem os trabalhadores de suas propriedades?

—Bem, nenhum deles foi interrogado, eu suponho.

Quanto pagava aos trabalhadores?

—Ao "mandador" eu pagava 150 córdobas semanais e "su comida".

(Se pagava isso ao "mandador", imagine-se aos outros. Repito a pergunta com ênfase dobrada na expressão "trabalhador").

— Aos trabalhadores, digamos, trabalhando por dia, eu pagava a eles, trabalhando uma semana inteira, 105 córdobas. Que era o que estava estipulado. Como eu tinha minha propriedade situada entre dois povoados os trabalhadores não moravam na fazenda. Vinham pela manhã e retornavam às suas casas à tarde. Somente em fazendas muito grandes há trabalhadores que moram nas próprias fazendas.

Bóias frias, quase todos. A 15 córdobas por um dia de trabalho. 1 dólar e meio mais ou menos, por um dia inteiro de trabalho. ("Como estava estipulado", diz ele, como se fosse uma lei natural).

—Advogado? Bem, neste momento não coloquei ainda advogado, porque segundo disseram a minha senhora, não era ainda a hora de colocar advogado.

Os outros presos acompanham toda a conversa em silêncio pedado. O garoto parece ser o único des preocupado.

(É claro que nada de grave pode acontecer a um garoto. Ele sabe disso. Os outros não. Provavelmente nada de grave vai acontecer a eles também, mas garantia não existe. E quem sabe que crimes escondem debaixo da conversa mole? Quantas contas temem ajustar?)

—Eu fui preso há quatro dias apenas, na minha casa. Dizem que eu sou orelha, informador da polícia, alguém disse, e por isso estou preso. Ainda não sei quem foi, meus vizinhos, claro...

Horacio Tiffer Perez, diz que se chama. Fisionomia transtornada. Não tem uma história coerente, como Garcia Gayo. Não consegue explicar qual é o seu ofício, sua profissão, como se sustenta. Diz que tem 55 anos. Casado, mora dos lados de Coyotepe. Diz que era lavrador, mas tem corpo frouxo de um comerciante.

—Sou lavrador. Depois consegui emprego na Luz, ali estive trabalhando, na empresa de Luz mais depois me retirei, pedi minha renúncia e me dediquei à minha casa e trabalhos locais, de agricultura, a semear milho.

"Nós somos muito zelosos da Revolução e por isso queremos esclarecer bem quem era somozista e quem não era."

Julio Fonseca, comandante da Frente Sandinista, lê o dossier de Horácio Tiffer Perez:

Primeiro: assassinato ao senhor Guilherme Martinez Sala, por discussões de índole pessoal, há 34 anos.

Segundo: agressão a tiros contra José Miranda Perez, seu primo irmão, que em consequência levou um tiro na boca, vindo a morrer.

Terceiro: apunhalou no estômago seu compadre de nome Jorge Nogueira Tuckle.

Quarto: segundo fonte não confirmada, dizem que em Managua cometeu outro assassinato, todavia não especificado.

Quinto: Quando agia como guarda-costa de Cornélio cometeu atos de brutalidade variados e atos delituosos, amparando-se sempre em sua grande colaboração com Cornélio e La Guardia.

Julio Fonseca levanta os olhos da folha de papel. Esclarece:

—Cornélio era presidente da câmara de Deputados. Já foi justificado.

Prossegue a leitura:

Sexto: Muito conhecido como orelha, paramilitar e ultimamente, manoblanca.

—Estes são os antecedentes que ele já tinha há anos. Agora o que temos sobre os últimos tempos.

Sétimo: Esteve de custódia na usina elétrica, era um dos que repeliam os ataques sandinistas. Há pessoas em Santa Rosa que asseguram que era um franco atirador.

Oitavo: Esteve participando com a Guardia Nacional durante a insurreição.

Assegura-se que sua filha costumava infiltrar-se na cidade de Masaya para levar informações à GN.

Nono: Muito conhecido nesta cidade de Masaya como "maton".

(Maton: dado a matar, violento, traiçoeiro).

Julio dobra o papel e guarda na gaveta.

—Aqui no Tribunal Militar Sandinista nós julgamos elementos que foram da Guardia Nacional, militares, para-militares, orelhas, soprões, manoblanca, e delatores. Esse tipo Horacio Tiffer Perez, nós o conhecíamos bem. Quando trabalhávamos clandestinamente na organização, antes mesmo da insurreição, já nos cuidávamos muito dele.

Porque só foi preso há quatro dias?

—Só apareceu agora. Estava fugido. Logo que pusemos os olhos em cima dele, foi preso.

—Qualquer um pode dizer, "esse tipo foi guarda?" Nós tratamos, por meios adequados, de conseguir provas.

"Cometeríamos um pecado grave chamar de somozista um trabalhador que por cinco córdobas ou uma prenda mínima participou de um comício somozista".

Ramon Perez Garcia, outro combatente da Frente Sandinista, magro, com uma perna defeituosa (Paralisia infantil, ele explica, antes que eu faça suposições sobre ferimentos em combate). Tem 36 anos:

— Nós somos muito zelosos da Revolução e por isso queremos esclarecer bem quem era somozista e quem não era. Nós chamamos somozistas aqueles que tiveram participação direta na máquina somozista, não pessoas que eram levadas como massa. Porque nesse caso cometeríamos o pecado muito grave de chamar somozista a um trabalhador que por cinco córdobas ou uma prenda mínima participava de uma manifestação somozista. O somozista era a pessoa que vivia sob a égide do somozismo e se enriquecia com isso.

— O fazendeiro de café? Leonardo Garcia Gayo? Esse é somozista?

— Em primeiro lugar, Leonardo Garcia Gayo foi Guardia Nacional, por três anos. Naturalmente ele não vai aceitar as imputações de delitos, mas já admite que foi Guardia por três anos.

— O que vai acontecer com esses presos? Serão fuzilados? Oficialmente nenhum somozista é fuzilado na Revolução Nicaraguense. Afora os que já foram, é claro.

Julio Fonseca:

— A decisão que tomou a direção nacional da Frente Sandinista junto com o companheiro Tomas Borge, ministro do Interior, é de que nenhum deles seja executado.

— Mesmo tipos como esse Tiffer? Os combatentes da Frente concordam com essa decisão?

— Na minha opinião pessoal os elementos da Guardia Nacional muito implicados em crimes de delação, de torturas, deveriam ser fuzilados, de acordo com os princípios da justiça revolucionária. Mas essa é a minha opinião pessoal.

**Próximo capítulo:
Os Direitos Humanos**



Uma unidade sandinista em horário de atendimento ao público.

Mariel, o macho-amante latino

República dos Assassinos, filme de Miguel Faria Jr., R. J., 1979, em exibição em S. Paulo e Rio de Janeiro.

Caçá Diegues finalizava "Chuvas de Verão" com a imagem fixa de um operário sorrindo, talvez na tentativa de inocular um pouco de esperança após ter radiografado por 90 minutos a vida triste e sombria de um subúrbio carioca. Houve quem falasse em demagogia populista, em saudosismo dos tempos do CPC. De qualquer forma a técnica de se fixar o fotograma como fecho do filme é largamente utilizada pelos nossos cineastas. Seria um deslumbramento com os efeitos técnicos possíveis de uma truca? Ou um "modernismo" tardio do nosso outrora artesanal cinema brasileiro?

Mas em "República dos Assassinos" o velho recurso está carregado de um conteúdo novo: se fixa a imagem de um travesti, um homossexual, navegando libertariamente em uma lancha, após ter liquidado a tiros o macho-amante latino Mariel Maryscott (Tarcisio Meira). Talvez pela primeira vez no cinema nacional a balança pende para o homossexualismo, a indústria cultural parece se acomodar às reivindicações da minoria gay. Não seria exagero enquadrar o cinema brasileiro atropelado pela falta de mercado e por um sistema de produção incipiente, como indústria cultural? A etiqueta só parece mais apropriada quando lembramos do recentemente exibido "Eu Matei Lúcio Flavio" de Antonio Calmon. Os dois filmes tratam das atividades do "esquadrão da morte" no Rio de Janeiro no período 68/72, e mais ainda, gravitam em torno da estrela policial da época; o violento galã Mariel. As cenas se repetem com notável semelhança nas duas obras, estigmatizadas pela marca da estandartização: a fuga de Mariel, seus casos de amor com atrizes e personagens da alta sociedade, a nomeação do esquadrão pelo Secretário da Segurança e outras. Como por ironia o "trailer" do cine Metro 2, onde está sendo exibido "A República", é justamente o que anuncia a reprise do filme de Calmon, nos remetendo à pessimista análise de Theodor Adorno que em 1947 salientava o seguinte sobre a indústria cultural: "Cada filme é a apresentação do filme seguinte, que promete reunir outra vez mais a mesma dupla sob o mesmo céu exótico: quem chega atrasado fica sem saber se assiste ao "proximamente neste cinema" ou ao filme propriamente dito".

No entanto, se Calmon assumia o machismo de Mariel, ou como diz não tomava posição diante dele no seu prolapado cinema sem ideologia, Miguel Faria Jr. neste "A República" (e aí vai obviamente a mão no roteiro de Aguinaldo Silva, do jornal gay Lâmpião) coloca uma novidade diferenciadora na sua obra: o fato de centrar a carga de criticidade na figura do travesti Eloísa (Anselmo Vasconcelos). A cena do depoimento judicial é uma tomada de posição do homossexual diante do po-



Tarcisio e Sandra (ou Maciel e Darlene)

der, da repressão, se assumindo, colocando a nu a sua marginalidade. O final, alusivo à libertação ampla do homossexualismo como um todo, é o coroamento de uma cadeia de ações que procura mostrar a condição normal da sexualidade do travesti, suas paixões, as humilhações e repressão a que está submetido.

O público esbraveja e sapateia diante das ousadas cenas de sexo entre dois homens e gosta das machistas agressões de Mariel à sua amante-atriz (referência a Darlene Glória, interpretada por Sandra Bréa). Às vezes, do fundo da sala se ouvia timidamente uma reação: "... olha o condicionamento, olha a repressão".

Curioso cinema o nosso: o diretor Miguel Faria Jr. diz ter feito muitos anos de análise para se convencer que ganhar dinheiro é bom. Agora já "liberado" realiza um filme policial nos padrões aceitáveis e impostos pelo cinema comercial, como resultado no entanto temos uma obra que incorpora as reivindicações de uma minoria que mal começa a adentrar o cenário político brasileiro.

(José Mário Ortiz Ramos)

Apocalypse Now

Filme de Francis Coppola, premiado com a Palma de Ouro em Cannes, que deverá estreiar em nossos cinemas até o final de Dezembro.

Pode-se preferir, é claro, um daqueles modestos westerns da série que Budd Boetticher fez com Randolph Scott; ou ainda as obras primas que Jacques Tourneur rodava nos fundos do quintal da RKO. Se a questão é tomar partido, pode-se opor a **Apocalypse Now** não só estes filmes, mas tudo o que o cinema já foi no passado, de Griffith a Hawks e de Welles a Fuller*.

Acontece que tudo isso, toda essa memória, situa-se de certo modo numa época em que o cinema existia e que a estes autores cabia haver-se dentro de um quadro previamente estabelecido, com todas as vantagens e desvantagens que isto possa acarretar.

Ocorre que **Apocalypse Now**, não obstante os 30 milhões de dólares empenhados em sua produção e o gigantismo que tal cifra apregoa, é uma experimentação e um desafio. Desafio porque é em relação às grandes companhias cinematográficas e à política de extinção do cinema que lhes é intrínseca que ele deve ser situado. E experimental porque não aceita previamente nenhuma norma, seja de escrita, seja de mercado. À moda americana, trata-se de uma aposta, e gigantesca.

Por outro lado a vanguarda americana é composta muito mais de tradição do que de ruptura, ao contrário do que acontece na Europa (onde a Nouvelle Vague, por exemplo, existiu por oposição ao cinema francês "de qualidade") ou no Brasil (onde o cinema-novo foi um gesto de ruptura radical com tudo o que veio antes, quer dizer: nada).

Assim, assistindo o filme de Coppola é quase impossível para o espectador não evocar o realismo e a energia dos filmes de guerra de Raoul Walsh, por exemplo. Com mais forte razão (e voltaremos

ao assunto em seguida), não se lembrar de Samuel Fuller em geral e de seu "Shock Corridor" em particular.

Por ora gostaríamos de retomar o que foi dito acima, que há algum tempo o cinema "existiu". Queremos dizer que até há 20 anos, o espectador via o filme sem certas preocupações contemporâneas. Havia como que uma "lei" dizendo como e o que filmar, fixando os limites do que seria ou não o "cinema". Este quadro tendo entrado em desuso, sucede que ninguém mais sabe dizer exatamente o que o cinema é ou deixa de ser e no fim cabe a cada cineasta a função de fixar (ou antes, alargar) os seus limites.

Misto do espírito de insubmissão de um Von Stroheim e de capacidade de empreendimento de um Griffith, Coppola lançou-se assim à aventura de realizar um filme de aventuras que, recusando toda e qualquer fórmula, produziu imagens inéditas e ao gosto de um público capaz de cobrir o seu custo, nada irrisório.

Apocalypse Now não é um filme sobre o Vietnã, mas um filme sobre o Vietnã que se assiste. Dimensão de que decorre o seu caráter pirotécnico, o qual, sem em nada atentar contra uma perspectiva "realista" não deixa de causar certa frustração no espectador, sequioso, já pelo arrebatamento das primeiras imagens, por mergulhar totalmente no sonho realista. Diferente de um Kubrick, que investe no "espetáculo" até que este, às custas de seus próprios excessos, se torne real, Coppola executa um duplo movimento: só depois começa realmente. Mas a verdadeira guerra, o único desafio, consiste em fazer "arte" com a quantia de 30

(continua ao lado)

Vocês não são gente normal

A Encruzilhada das Bestas Humanas, filme de Rainer Werner Fassbinder em exibição em São Paulo.

A Encruzilhada das Bestas Humanas, é o nome com que aparece no Brasil, o filme que originalmente se chama Uma Transformação Selvagem, de Fassbinder, baseado numa peça teatral de Franz Xavier Kroetz, sete anos depois do seu lançamento na Europa.

Esse atraso não prejudica, entretanto, a temática que o filme aborda, pela maneira peculiar como ela é tratada pelo Diretor. Realmente, lidando pateticamente com o cotidiano de uma família operária, o filme circunscreve uma realidade vivida pela reconstrução social alemã, que utilizou a instituição familiar como a mediação necessária para a organização da classe trabalhadora (mediação, no fundo, entre o Estado que chamou a si a empresa da reconstrução e a necessidade crescente de mão de obra especializada; à unidade familiar deveria caber a tarefa dessa especialização e reprodução). A época é provavelmente o fim da década de 50 e começo da de 60. Trata-se, pois da primeira geração pós-guerra.

Seu conteúdo, à primeira vista simples, adquire absoluta complexidade, pela forma como o argumento é tratado.

Aparentemente, estamos diante de mais um filme sobre o universal "conflito de gerações", que, com muita oportunidade, incidiu sobre a chamada "juventude transviada", enfocando a rebelião de uma quase menina de 14 anos contra a opressão paterna. Poder-se-ia ainda dizer tratar-se de um filme sobre a precocidade de uma adolescente que assume a sua sexualidade a despeito das normas sociais tão bem alicerçadas pelo padrão de família organizada de um operário alemão especializado daqueles anos.

O filme parece mesmo, de início, querer orientar-se para nos deixar crer que seu foco principal é a sedução e defloramento de uma menina inexperiente, filha única de família modesta e honrada, por um terrível exemplar devidamente "moto-rizado" da juventude rebelde, tão bem estereotipada por todos os símbolos de marginalidade juvenil daquela geração: a moto incrementada, o cabelo oleoso com mecha à James Dean caindo displicentemente sobre a testa, a roupa de couro preta com tachas de prata e botas.

A nosso ver, entretanto, o filme trabalha o tempo todo, contraditoriamente, com contradições, inversões de modelos convencionais, oposições, objetivando tratar da realidade social alemã dos anos de reconstrução através de um modelo familiar — a menina seduzida não passa do produto monstruoso dos anos de reconstrução, o anti-modelo, a anti-ninfa, a própria negação do modelo ocidental de sensualidade e inocência adolescente. É ela o fulcro em torno do qual o Diretor trabalha e é em suas mãos que ele coloca a destruição da família nuclear baseada na autoridade do pai.

A menina é, na verdade, o produto que a sociedade alemã do pós-guerra conseguiu engendrar ou a evidência do que não conseguiu realizar. Assim, o pai se refere à filha e ao seu amante: "Vocês não são gente normal".

Assim, ao mesmo tempo em que poderia se tratar genericamente do conflito de gerações,

trata-se de uma geração minuciosamente escolhida na sua vivência nacional, embora a trilha sonora reforce os outros estereótipos de um modismo americano, passageiro e importado: Paul Anka é ouvido constantemente como fundo para as conversas dos jovens e, talvez, não por acaso, tenha-se escolhido as músicas, especialmente, "you are my destiny".

"Sem dinheiro não há família"

Realmente a história se desenrola com uma certa dose de fatalidade, à primeira vista exemplar típico da juventude marginal, não passa, na verdade, de um operário não especializado, cujo baixo salário torna, entre outras coisas, inacessível a sua pretendente. Além do mais, diz o pai, "na sua idade só há o amor pelos pais", ou, "sem dinheiro não há família, sem profissão não há esposa". Explícita-se, assim, a verdadeira razão da sua "marginalidade" e, a partir daí, o seu destino está praticamente selado — numa sociedade em que a vivência da denúncia e da acusação é um hábito, ele foi delatado, possivelmente por seus próprios amigos (em busca de uma promoção, talvez, não fica claro), por corrupção de menor, aquela que, na verdade o destruiu.

Na realidade, a visão do filme é totalmente pessimista e apresenta esse pessimismo com cruza, com relação, não futuro da humanidade em geral, mas ao da sociedade capitalista desenvolvida em particular.

A família, completamente inconsciente das suas funções reais e dos produtos que gera (representada simbolicamente na figura da mãe e expressa nos seus chavões-aspirações a uma família normal), é destruída por dentro. Além disso é muito curiosa a maneira como o conflito de gerações aparece. Aquele tipo de rebelião foi, na verdade, posteriormente incorporado pela sociedade que, institucionalizando-o, acaba por esvaziar o sentido rebelde da "juventude transviada".

Por outro lado, a inconsciência familiar polarizada contraditoriamente pela extrema consciência e racionalidade do que tem a fazer, da filha, o produto monstruoso daquela sociedade, culmina com a morte do pai que, por sua vez, simboliza a falência da sua geração e o esvaziamento da outra — a da "juventude transviada". E, talvez não seja por acaso que o diretor coloca, na noite anterior à morte do pai, um diálogo muito significativo entre marido e mulher: a mulher é de opinião de que "os tempos mudaram", de que "é sinal dos tempos", ao que o marido responde: "pode ser mas não para a nossa classe". Tentando compreender o que para ele é incompreensível, ele vai traçando paralelos com a sua geração, a sua juventude: "apesar de tudo, nos tornamos gente decente". E, com relação ao que aconteceu à sua volta: "isto tudo se deve ao fato de não mais existir um regime, mas um governo que é incapaz de proteger as crianças".

Realmente, esse homem desaparece, mas o que sobrevive é um monstro que dá a luz a um outro monstro que nasce morto e não tem nem mesmo formas humanas.

(Maria do Rosário Rolfsen Salles)

O trambique nuclear

Resenha do filme Síndrome da China, de James Bridges. Com Jane Fonda, Jack Lemmon, Michael Douglas.

Repórter e cinegrafista de TV descobrem acidente em usina nuclear, mantido em segredo pelos proprietários: assim os jornais diários de São Paulo resumem o argumento de Síndrome da China. O "acidente", aqui, é terminologia técnica: significa ocorrência não prevista, fora de controle, e que pode mandar metade da Califórnia para o outro mundo.

A primeira coisa a sublinhar no filme é que esses americanos sabem como contar uma história, não resta dúvida. A gente fica grudado na tela até o último segundo, para saber, pela ordem: 1) se o treco todo vai pelos ares ou não; 2) se os vilões (os proprietários) vão conseguir ocultar a mazorca ou não; 3) o que vai acontecer com Jack Lemmon que, impossibilitado de levar suas denúncias ao conhecimento do público, pratica o sequestro dos sequestros: sequestra a usina nuclear, fechando-se na sala de controle e ameaçando arruiná-la caso não lhe concedam uma entrevista pela TV, ao vivo.

Segunda coisa a sublinhar neste filme é que ele é muito verossímilante. Tanto no que se refere ao acidente (e aquele de Three Miles Island, ocorrido algumas semanas após a estreia do filme nos Estados Unidos, foi uma demonstração ao vivo e a cores) como, e mais ainda, no que se refere à falsificação das regras e elementos de segurança em nome do barateamento dos custos. O trambique consiste em que a companhia construtora se comprometera a radiografar todas as juntas e todos os rebites do gerador nuclear; mas na verdade eles se limitaram a fazer uma amostragem e a reproduzir, indefinidamente, uma radiografia das "boas", "salvando" assim coisa da ordem de dez ou quinze milhões de dólares. Com Angra aí, é bom a gente ir pondo as barbas de molho. O filme convence facilmente de que é muito fácil um negócio daquele tamanho virar pirão em poucos minutos.

O herói e o homem comum

Terceiro ponto bem definido no filme é a construção dramática de duas personagens, as representadas por Jane Fonda e Jack Lemmon, Jane

Fonda é uma jornalista de amenidades, que deseja se tornar uma grande repórter. A oportunidade lhe aparece com o caso da usina. Lemmon é o encarregado e responsável pelo funcionamento e pela segurança da usina. Sua relação com aquela massa de concreto e urânio é pessoal; ele acredita naquilo, acha que o público deve acreditar naquilo e que toda a empresa nova tem seus riscos. E o tecnocrata satisfeito, enfim. É Jane que, no seu processo de "conscientização" sobre os problemas da energia nuclear, lhe inocula o "germe" da dúvida. Mas Jane está protegida pela carapaça da imprensa liberal americana; sua relação com a realidade é mediada pelo vídeo e pela câmara de filmar de seu colega, o ator Michael Douglas, este um pouco demais "gala ecológico" no filme. Lemmon não: Lemmon está exposto, é o "herói", ele está diretamente com a mão na massa crítica. Por isso o que para Jane é descoberta e renascimento, para ele é descoberta e tragédia: a coisa termina em sequestro de usina, com tiroete e mortes. Como ele, Jack Lemmon, tinha razão em suas previsões, as correrias para parar bruscamente a usina, devido a seu ato de fechar-se na sala de controle, quase mandam tudo pelos ares.

Este, sem dúvida, é o ponto frágil no filme: o cinema americano, pelo menos o do super-espetáculo, ainda não aprendeu a conviver com o homem comum; continua um drama de seres excepcionais, de "heróis", de pessoas colocadas em circunstâncias excepcionais. Evidentemente, existem pessoas colocadas em circunstâncias excepcionais; por outro lado, o enfoque destas pessoas no primeiro plano facilita o encaminhamento rápido e nervoso da ação e a manutenção do interesse e da diversão. Mas num filme cujo tema afeta principalmente o "homem comum", talvez maior espaço lhe deva ser reservado; pois não haja dúvidas de que ele, pagador de impostos, tomador de cerveja ou não, com suas demandas de bom calor e fina eletricidade, é tão responsável pela catástrofe de Síndrome da China quanto o falsificador de radiografias. (Flávio Aguiar)



Jane Fonda, jornalista de amenidades

Apocalypse Now (continuação)

milhões de dólares (armadilha aliás à que os cineastas americanos são frequentemente expostos).

Vista assim, a empreitada de Coppola pertence mais ao domínio da loucura do que ao da sensatez ("sensatez" seria "explicar" o Vietnã, ou coisa parecida). De resto, a loucura é o tema do filme. Pelo menos, o seu tema aparente. A verdadeira preocupação do filme, com efeito, como um homem abandona os (frágeis) limites da normalidade, que situações podem levá-lo a uma atitude extrema.

Nada muito diferente, como se vê, do Poderoso Chefe I ou de Patton, Rebelde ou herói, de que Coppola foi roteirista. A vantagem é que, se as atitudes do jovem Corleone ou as de Patton são explicáveis, as do Coronel Kurtz permanecem obscuras. Toda a caminhada do Capitão Willard ao longo de um rio, de Saigon até o Camboja, onde sua missão consiste em eliminar Kurtz, é de um non-sense primeiro dramático, depois humorístico e finalmente irrisório. Ora, dificilmente o espectador deixará de se decepcionar quando Kurtz finalmente encontrado (o filme se passa à espera de Kurtz, isto é, de Marlon Brando), o nonsense simplesmente prossegue, até atingir a sua forma última, a mais depurada, aquela que é reservada a alguns poucos mestres: a monotonia.

E nada em Kurtz é mais desprovido de sentido do que a própria ação norte-americana no Vietnã sobretudo tal como é descrita no filme). Nada a torna abordevável e nada desloca o filme para o eixo tranquilizante do "sentido". As obscuras (e finalmente insignificantes) razões da deserção de Kurtz só servem para nos remeter a todos os personagens anteriores, sintomáticos indícios de uma loucura mais profunda que a própria guerra.

Assim, viria ao caso especificar a posição de Apocalypse Now usando para tanto o seu próprio

jogo narrativo, onde a grandiosidade - o pirotécnico - em momento algum se reveste da forma do espetáculo. Ela é informativa, desprovida de qualquer ênfase (mesmo essa, própria a Kubrick, que consiste em fazer do espetáculo a substância mesma das coisas). O realismo de Coppola - seu novo realismo - não é consequência de uma organização narrativa mas parece lutar minuto a minuto para impor-se ao espectador. Assim, a excepcional trilha sonora exerce ali o papel de atrair o espectador menos pela sua suposta semelhança com os ruídos originais da guerra do que pelo efeito hipnótico de sua montagem. De tal modo que a realidade que nos é dada não é mais a da guerra, mas a do inferno. E o inferno, como todos sabemos, ignora a duração...

Certamente, o projeto de Coppola não é novo. Mas raramente ter-se-á mostrado no espaço finito de uma batalha o desespero infinito de seus participantes. Poder-se-ia mesmo dizer - como o fez a maioria da crítica francesa - que Apocalypse não é o melhor filme americano sobre a guerra do Vietnã, que ele é decepcionante, comercial, banal, desprovido de profundidade... mas em todo o caso o seu inferno é absoluto.

Apocalypse remete, menos pelo tema da loucura e mais pelo irrisório da sucessão, aos filmes de Samuel Fuller, em particular ao seu Shock Corridor. Neste filme não apenas um homem, o jornalista, enlouquece ao entrar jornalisticamente em contato com a instituição psiquiátrica: é o filme, o

cinema inteiro, que passa a conhecer e nos leva com eles para todos os recantos do desregramento.

Não é por acaso, sem dúvida, que Coppola se refere ao personagem de Fuller, o negro que insulta seus inimigos chamando-os de... negros - em Shock Corridor. Como se Fuller, visionário ou profeta, pudesse encontrar sua atualidade no pós-vietnã. Como se essa sociedade que fez o Vietnã, feita de chagas abertas, estivesse esperando a guerra para, como diz o próprio Coppola, sangrar de verdade. (Francisco Inácio Araújo e Leda Tenório, de Paris).

* Griffith, diretor do clássico "Nascimento de uma Nação". Howard Hawks, de "Scarface" e "Rio Bravo". Orson Welles dispensa apresentações; S. Fuller dirigiu o famoso "Eu matei Jesse James"; R. Walsh, "High Sierra", "A Ioiira e o Sheriff" e outros.

Ciclo de Cinema

Sindicato dos Bancários de São Paulo

Próxima apresentação:

"Crimes de alma" de Michelângelo Antonioni, 1950.

Data: 1 e 2/12 (sábado e domingo) às 18 e 20 horas.

Local: Rua Florêncio de Abreu, 270 - Centro - SP.

Ingresso: Cr\$ 20,00

Para bancários e metroviários sindicalizados: Cr\$ 16,00

EM TEMPO

Rua Mathews Grou, 57 - Pinheiros

São Paulo - CEP 05415 - Telefones: 280-4759-853-6680

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

der Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte.

[Suplentes: Luci Avalla, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling]

DIRETORIA:

Flávio Andrade (presidente), Carlos

Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR-CHEFE:

Carlos Tibúrcio

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Robinson Ayres

REDAÇÃO: Antonina Silveira Flávio Andrade, Sérgio Alli, Elvira Oliveira, Relton Fracalossi, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilma Amaro, João Machado, Olga Maria, Elisabeth Lobo, Roberto Grum, Virginia Pinheiro, Eliezer Rizzo de Oliveira, Flávio Aguiar.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi.

ILUSTRAÇÃO: Sian, Martinez, Cadinho, Claudio Natal, Beto

OS: Jesus Carlos, Ennio Bruns Filho.

CURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 - Tel.: 335-7773) Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélcio Santos, Maurício Godinho, Paula Regis, Paulo Vilar, Ricardo Rabêlo, Sérgio Asphan, Jurez Guimarães, Sandra Starling, João Batista, Marisa Araújo, Amarildo Porto

Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schner, Sosa, Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues, Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro: (Praia do Botafogo, 316, Sala 209)

Corumbá: Roberto Rodrigues, Mar

cos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba, Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 9, 1.º andar - Sala 44) - Adelfino Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes, Belo Horizonte - Telefone: 335-7773.

Distribuidora: Superbanco Ltda. R. Ubaldo do Amaral, 42 - RJ.

Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA Ltda. Av. Libertade, 704 - São Paulo - SP. Fone: 778-9010.



NICARAGUA LIBRE

Viagem à Revolução Sandinista

Por Bernardo Kucinski

6 – No Tribunal Revolucionário

Masaya — quase um subúrbio de Manágua e sua antítese. Antiga, concentrada, gregária. Casas miúdas coladas em sequência, formando uma única fachada, comprida, em zigue-zague suave. De repente o quarteirão arrasado, a terra fresca. E depois outro, ao lado da igreja. Foram as bombas de 500 libras despejadas por Somoza, na tentativa de abafar a insurreição.

Os bombardeios fizeram grandes estragos em Masaya. No bairro de Monimbó, famoso pelas bordadeiras, morreu muita gente. Hoje as saias rodadas de algodão e as blusas rendadas de Monimbo trazem invariavelmente a inscrição "Nicaragua Libre". Masaya é terra de artesãos. As mulheres bordam; Os homens fazem sapatos. Ou cordas de fibras vegetais, que enrolam e fiam em grandes rodas de madeira, que as crianças vão girando, enquanto os mais velhos fazem as tranças.

— Con Somoza los obreros no tenían ninguna seguridad.

Filadelfio Balistan, sapateiro, dono da pequena oficina onde trabalham outros seis. Ganham em média 400 córdobas por semana. É pouco, ainda, mas parecem satisfeitos.

A demanda já aumentou. Os sapatos chegam até a Costa Rica, Honduras, Salvador.

— Também já não somos obrigados a vender à cooperativa de calçados de Manágua, que era somozista, como acontecia muitas vezes antes.

Toc, toc, toc. Os sapateiros não param de martelar. Todos nus da cintura para cima. Pela porta do fundo uma nesga do pátio interno; samambaias, mamoeiros. A cadeira de balanço com encosto de palhinha. A conversa prossegue também aos socos.

— Os únicos somozistas que se salvaram são os que foram para a fortaleza de Coyotepe.

(A grande fortaleza da Guardia, distante dois quilômetros, no alto da montanha).

— Quando começou a insurreição de fevereiro, foram acontecendo as execuções. Eles mesmos passavam todo o tempo alardeando que eram somozistas.

Muitos foram executados em Monimbó. Uns 300. A maior parte antes do triunfo final.

— Se fueron muriendo y se murieron.

Na rua o toc, toc, toc, seco vem agora de todas as partes. São dezenas de oficinas de sapateiros. Nas paredes caiadas, os "grafitti" da insurreição.

NI MANIOBRAS, NI PACTOS, NI CLAUDICACIÓN.

SI A LA INSURRECCIÓN POPULAR.

— A insurreição final começou dia 4 de junho exatamente às 2 da tarde, e terminou no dia 19 de julho. Durou 45 dias. A cidade foi bombardeada por terra e por ar, indiscriminadamente. Vinham os helicópteros, dois ou três deles, despejando barris de gasolina.

Jorge Arcia Lacayo, 21 anos, bem falante e bem vestido. Recebe-me pressurosamente na entrada do sobrado senhorial, uma das avenidas principais de Masaya, sede da prefeitura. "Relações públicas e chefe de papelaria" da Junta Municipal de Masaya, ele se apresenta. A Junta Municipal foi escolhida em eleição popular ainda durante a insurreição:

"Quando começou a insurreição as execuções foram acontecendo. Eles mesmos haviam passado o tempo todo alardeando que eram somozistas"

A eleição da junta municipal deu-se aproximadamente 15 dias depois de iniciada a insurreição. Como não podíamos reunir muita gente em local aberto, devido aos helicópteros e aos aviões juntamos a maior quantidade de gente possível, de Monimbó, do povo, da Frente, no Colégio Salesiano. Foram indicados os candidatos e o povo referendou. Havia que tomar em conta os antecedentes de cada um porque aqui em Masaya, a cidade estava cheia de somozistas, agentes da Seguridad, esbirros. A pessoa que fosse eleita tinha que estar consciente da realidade nacional, de que estava sendo eleita para servir ao povo, unicamente.

O salão da prefeitura lembra o poder que já foi destruído. Ornamentos barrocos, mo-



Ni maniobras, ni pactos, ni claudicación. Si a la insurrección popular. FSLN.

bília colonial, estofados de veludo encarnado. Incólume. (O "relações públicas", tão educado e formal, tão bem apessoado, certamente filho de uma das "boas famílias" de Masaya, também poderia ser o mesmo dos tempos de Somoza).

Pergunto se ele havia sido combatente, ou miliciano.

— Não. Nem combatente, nem miliciano. Colaborador, apenas.

Um grupo animado de rapazes e moças quer falar com o "relações públicas." Todos do tipo "boa família local". Jorge Arcia Lacayo continua:

— Uma vez que a Guardia saiu de Masaya, já não conseguiu mais entrar. Isso foi no mesmo dia em que a Organização dos Estados Americanos aprovou a resolução desfavorável a Somoza. De madrugada a Guardia estava saindo. Fizeram depois umas quinze tentativas de entrar de novo na cidade, mas os muchachos, os combatentes e os milicianos e todo o povo em geral, que os apoiava, faziam o possível para que a Guardia não entrasse, porque estávamos completamente seguros de que se entrassem viriam arrasar não somente com a juventude, como acontecia antes, mas com toda a população, porque toda a população apoiava a Frente.

O "relações públicas" agora está sendo solicitado com empenho pelas moças e rapazes. Palavras soltas sugerem que se trata de um passeio às ilhas do Lago da Nicarágua, para o domingo. O "Relações públicas" muda, agora para um tom mais solene, o fecho de sua exposição:

— Como você sabe perfeitamente já faziam mais de vinte anos que os muchachos vinham lutando para derrotar Somoza, e graças a Deus, depois de muitos esforços logrou-se completar a insurreição final. Na realidade eram poucos os combatentes conscientes da realidade, mas devido a que aqui havia uma onda de crimes e assassinatos em massa todos os dias, sobretudo de jovens, então a Frente resolveu apressar a insurreição final. Sobre tudo porque era notório, sobretudo aqui em Masaya, que os jovens não podiam mais andar nas ruas depois das cinco ou seis da tarde, porque as patrulhas da Guardia os detinham e ninguém ficava sabendo depois seus paradeiros. Só apareciam seus cadáveres. Tivessem o que ver ou não a Guardia sempre dizia que eram sandinistas ou sandino-comunistas, como eles diziam, mas na realidade o que o povo buscava era a sua melhoria. Melhorou em todos os aspectos. E agora, depois desse triunfo que a Frente obteve, estamos conscientes de que pouco a pouco nos estamos organizando para levar nosso povo adiante.

Cumprimento-o efusivamente e me despeço.

A Guardia Nacional treinava meninos para espionar e até para lutar. Mas os meninos presos sabem que nada de grave pode acontecer a eles.

— Eu fui capturado aqui mesmo, na cidade de Masaya. Meu nome é Leonardo García Gayo, nascido na cidade de San Marco,

departamento de Carazzo. Sou casado em segundas núpcias, e tenho três filhos com a primeira esposa e dois com a segunda.

Tribunal Militar Sandinista de Masaya. Os cinco presos foram trazidos da fortaleza próxima, Coyotepe, para serem interrogados. Quatro adultos e um menino de 13 anos, Oscar Tercero Gonzales. Os meninos eram treinados pela Guardia para espionar e também lutar. Havia algumas centenas desses meninos, em geral órfãos, ou de famílias muito pobres, e que a Guardia um dia acabava levando. Os presos vestem roupas normais, mas amarrotadas; circulam livremente nas salas do fundo e no pequeno quintal interno do Tribunal — instalado provisoriamente na residência abandonada de um somozista. Suas fisionomias, com a notável exceção do garoto, denotam medo. Tentam aparentar tranquilidade. Julio Fonseca, combatente sandinista responsável pelo Tribunal Militar de Masaya, encorpado, simpático, perguntou aos presos se concordavam em dar um depoimento a um jornalista estrangeiro. Leonardo García Gayo, tipo forte, gordo, fisionomia vulgar, balofa, camisa amarela e calças poidas. Preso há 19 dias. Passou um mês escondendo-se dos sandinistas. Não se queixa do tratamento que vem recebendo:

— Basta dizer que logo que fui detido, disseram a minha senhora que ela podia, perfeitamente me levar uma cama portátil, porque eu não ia ficar em nenhuma cela, ia apenas ficar detido para prestar esclarecimentos; fui levado no meu próprio carro, que está retido em Coyotepe e minha senhora regressou e me trouxe a caminha. A alimentação é boa, durante a manhã, e ao meio dia; nesse sentido não tenho nenhuma queixa. De Coyotepe me trouxeram para este escritório faz três dias e ainda não fui interrogado nenhuma vez.

Fazendeiro. Dono de 17.000 pés de café, e uma fazenda de gado. Diz que suas propriedades foram saqueadas:

— Estou informado porque ontem, casualmente, veio aqui uma trabalhadora minha, e me disse que a porta da casa estava completamente escancarada e que haviam saqueado tudo. A colheita de café está por fazer; eu não tenho ninguém lá colhendo o café. E fui informado que um veículo que eu tinha lá, um jeep, já está sem motor, arrancaram o motor do jeep. E também um carro, que pertencia "a minha mãe, um Pontiac 1957, ficou sem os pneus. Tenho gado também, mas agora não sei quantas cabeças, porque fui avisado pelo meu "mandador" ainda durante a insurreição, de que havia chegado certa gente, que tinham tirado 19 reses, das 140 que eu tinha.

Latifundiário, ao que parece, apesar do número pequeno de cabeças de gado. Diz que essa propriedade tem 600 manzanas, ou seja, 402 hectares, o que não é muito, mas com a outra de 17 mil pés de café, torna-se muito. (Os dados de Wheelock sobre a distribuição da terra na Nicarágua, não se detém nesse aspecto de um mesmo proprietário possuir mais de uma fazenda, o que parece ser muito comum no país). No dia 3 de junho o mundo do senhor García Gayo foi abalado. Ainda faltavam 49 dias para a vitória final sobre Somoza.

— Era domingo. Às sete da noite, mais ou menos eu ouvi ruídos, gritos, barulho de gente que corria. Ouvia uma voz que dizia, "ao suelo, ao suelo, si se mueve si muere, "então ouvi a voz de meu "mandador." Fechei a porta do meu quarto e sai pela porta traseira e passei a noite fora de casa. No dia seguinte fui a San Marco, onde fiquei dois ou três dias, e fiquei sabendo que aquelas pessoas continuavam na minha propriedade. Então fui para a casa de uma irmã, em Manágua. Oito dias depois, por necessidade de roupas, porque só tinha a roupa do corpo, me dirigi à fazenda e vi que fora saqueada. Uma caixa pequena de ferro que eu tinha, sumiu, e sumiram roupas e objetos da casa. Fui detido no dia 5 de agosto, estava na casa de minha senhora, aqui em Masaya.

(Registro o "casa de minha senhora"; repentina separação de bens.)

Porque acha que está preso? pergunto.

— Bem, em primeiro lugar atribuo ao fato de que meu pai era primo-irmão do general Anastácio Somoza García. Mas meu pai nunca ocupou nenhum cargo público, ou emprego do qual tenha abusado, ou lucrado. Lá em San Marco todos poderão dar testemunho de que ele se dedicava ao seu trabalho na fazenda, que se chamava San Leonardo, que eu herdei depois que ele morreu, e eu também nunca ocupei nenhum cargo público, continuei trabalhando a propriedade.

Quais são as acusações? pergunto.

— Em concreto a mim não disseram diretamente o motivo pelo qual estou detido; mas a minha senhora informou-me de que havia denúncias de que eu pertencia a Seguridad. Essa era uma das acusações e eu jamais pertenci a Seguridad, não tinha tempo para isso. Quero mesmo que me investiguem, porque na realidade, no dia em que fui capturado estava muito mal, com certos problemas de artrite e uma úlcera duodenal.

Levanta a perna da calça esquerda:

A perna está inchada.

— Quando fui trasladado a Coyotepe minha artrite se agravou, como se pode ver. Tanto assim que agora as autoridades do Tribunal, visto que estou nestas condições, decidiram me deixar aqui mesmo.

"Aqui no Tribunal Militar Sandinista julgamos elementos que foram da Guardia Nacional. É surpreendente o número de pessoas que colaboravam"

(Artrite? A perna maltratada lembra, muito mais, a fuga repentina, a corrida pelos campos, à noite, o somozista escondido pelos matos).

— Uns oito ou nove dias depois de chegar a Coyotepe fui interrogado pela mesma pessoa que me capturou, me levaram a um escritório, e me interrogaram, sem me pressionar, nem nada, e me perguntaram se conhecia membros da Guardia Nacional, e quem era o chefe da Seguridad, e que relações eu tinha com eles, o que eu fazia quando alguém me roubava uns tostões, e que procedimento eu tinha quando alguém me prejudicava. Então eu respondi que tinha que me queixar às autoridades para que fossem castigados, e disse também que no dia em que chegou aquela gente à minha fazenda e eu não sabia se eram Guardia Nacional ou sandinistas aquelas pessoas, não denunciei à Guardia Nacional, e todavia nesse tempo a revolução ainda não havia triunfado, mas não tomei nenhuma iniciativa para que essas pessoas fossem castigadas. Me perguntaram também se eu tinha conhecimento de que meu pai fora uma grande pessoa, de que havia praticado atos em benefício próprio, e disse que não, que não sabia de nada, que meu pai sempre foi um homem honrado e trabalhador; outra coisa que me perguntaram sempre, foi em torno de suspeitas de que eu tivesse ligações com La Seguridad, coisa que em realidade eu não posso dar testemunho, somente as pessoas com quem eu estava ligado podem dar testemunho disso.

Continua na página 14